



UC/FPCE_2015

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Comparação da desejabilidade social entre uma amostra de pais em avaliação das competências parentais e uma amostra de controlo

Daniela Marisa Moreira de Oliveira Guedes
(email:nelinha09@hotmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e Saúde (área de subespecialização: Psicologia Forense) sob a orientação da Professora Doutora Isabel Marques Alberto

Comparação da desejabilidade social entre uma amostra de pais em avaliação das competências parentais e uma amostra de controlo

Resumo: A avaliação da personalidade é realizada frequentemente com recurso a instrumentos de autorrelato; contudo a natureza destes instrumentos torna-os particularmente propícios à ocorrência de diferentes tipos de viés de resposta. A desejabilidade social é uma das formas de enviesamento mais comuns em contexto de avaliação psicológica forense, com os indivíduos a darem respostas pouco honestas aos itens das escalas, no sentido de apresentarem uma imagem positiva de si próprios com o propósito de atingirem um determinado objetivo. Os pedidos dos tribunais para a realização de avaliação psicológica forense têm aumentado, emergindo a necessidade de examinar este tipo de enviesamento de respostas/ comportamentos, para se poder providenciar uma maior validade dos resultados obtidos no contexto dessa avaliação.

O presente estudo tem como objetivo geral comparar os resultados das Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne - MCSDS, da escala L do EPQ-R e da Escala de Desejabilidade Social de Coimbra – DESCa entre uma amostra de pais/cuidadores envolvidos em processos de avaliação das competências parentais e uma amostra de adultos da população geral.

A amostra total integrou 66 participantes, sendo 33 de uma amostra de pais em processos de avaliação das competências parentais e 33 de uma amostra da população geral.

Os principais resultados obtidos indicam qualidades psicométricas razoáveis ao nível dos estudos de precisão (consistência interna) nas três escalas (MCSDS, escala L do EPQ-R e DESCa).

Os dados obtidos apontam para ausência de diferenças estatisticamente significativas entre as duas amostra na DESCa e escala L do EPQ-R e estatisticamente significativas na MCSDS, com valor mais elevado na amostra de controlo. As correlações mais elevadas registaram-se entre a escala L do EPQ-R e a subescala GIS da DESCa.

Palavras-chave: Desejabilidade social, avaliação psicológica, forense, controlo

Comparison of social desirability from a parent sample in assessment of parenting skills and a sample of control

Abstract: The personality assessment is often carried out by using self-reporting instruments. However, the nature of these tools frequently leads to different types of bias responses. The social desirability is one of the most common forms of bias in forensic psychological assessment context, once individuals do not give completely honest responding to the item scales in order to present a positive image of themselves to reach a certain goal. Court requests to carry out forensic psychological assessment have increased, emerging the need to analyze this type of bias responses / behaviors in order to provide greater validity of the results obtained in the context of this evaluation.

This study aims to compare the results of the Marlowe-Crowne Social Desirability Scale (MC-SDS), the L Scale of the EPQ-R and Social Desirability Scale of Coimbra - DESCAs among a sample of parents / caregivers involved in processes of parenting skills assessment as well as a sample of adults from the general population.

The total sample integrated 66 participants, 33 of a sample of parents in processes of parenting skills assessment and 33 of a sample of the general population.

The main results indicate reasonable psychometric properties in terms of the precision studies (internal consistency) in the three scales (MC-SDS, L Scale of the EPQ-R and DESCAs).

The data obtained indicate no statistically significant differences between the two samples in DESCAs and the L Scale of the EPQ-R, but statistically significant differences in MC-SDS with the highest value in the control sample. The highest correlations were registered between the L Scale of the EPQ-R and the GIS subscale of DESCAs.

Key Words: Social desirability, psychological assessment, forensic, control.

Agradecimentos

Ao meu namorado e família por serem a minha base segura, me apoiarem incondicionalmente e ajudarem em todas as etapas da minha vida. Com eles celebro sucessos, supero obstáculos e concretizo sonhos. São o meu orgulho e, sem eles, este percurso não seria possível.

À Professora Doutora Isabel Alberto pela dedicação, motivação, apoio e inspiração na elaboração desta dissertação e por me ter auxiliado a ultrapassar as dificuldades que surgiram ao longo desta etapa.

À Carina e Vânia por me terem proporcionado cinco anos fantásticos e que, graças a elas, fizeram todo o sentido. Partilhámos momentos inesquecíveis marcados por uma forte união e entajuda que tornaram este percurso num motivo de orgulho. Estas amizades são o que levo de melhor da faculdade.

Índice

Introdução	1
I-Enquadramento concetual	2
1.1 Definição e concetualização da desejabilidade social.....	2
1.1.1 Tipos de desejabilidade social	6
1.1. 2. Avaliação da desejabilidade social	8
1.1.3 Desejabilidade social em contexto de avaliação das competências parentais.....	10
II - Objetivos	13
III - Metodologia	13
3.1 Amostra	13
3.2 Instrumentos	16
3.2.1. Questionário sociodemográfico.....	16
3.2.2 Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista (EPQ-R; Eysenck, Eysenck & Barrett, 1985; Almiro & Simões, 2012).....	16
3.2.3 <i>Marlowe-Crowne Social Desirability Scale</i> (MCSDS; Crowne & Marlowe, 1960; Simões, Almiro, & Sousa, 2010).....	17
3.2.4 Escala de Desejabilidade Social (DESCA; Alberto, Oliveira, & Fonseca, 2012).....	18
3.3 Procedimentos.....	19
IV – Apresentação de Resultados	20
4.1 Avaliação da precisão dos instrumentos.....	20
4.2. Comparação entre a amostra forense (CPSC) e a amostra de controlo.....	21
4.3 Comparação por itens das três escalas entre as duas amostras.....	24
4.4 Análise das correlações	26
V - Discussão	26
VI - Conclusões	31
Bibliografia	33

Introdução

A avaliação psicológica constitui uma prática essencial do psicólogo no domínio da Psicologia Forense. Neste contexto, os indivíduos têm tendência a serem menos honestos orientados para alcançar um determinado objetivo como, por exemplo, obter a custódia dos filhos (Jiménez, Sánchez, & Tobón, 2009). Grande parte das escalas de avaliação psicológica não tem respostas certas ou erradas, resultando num desafio para o psicólogo, relativamente a saber se dada resposta é a mais ou menos fiável para descrever o indivíduo que está a ser sujeito a avaliação. Neste sentido, as medidas de autorrelato continuam a ser criticadas e limitadas pelo efeito do viés de resposta no sentido da desejabilidade social (Ackerman & Pritzl, 2011; Paunonen & LeBel, 2012; Ziegler & Buehner, 2009).

Para Andrews e Meyer (2003) a determinação da distorção das respostas no sentido da desejabilidade social é essencial em contexto forense, particularmente em processos de avaliação das competências parentais, onde os progenitores se encontram altamente motivados para se apresentarem de forma socialmente ajustada e adequada (Carr, Moretti, & Cue, 2005; Gould, Martindale, & Flens, 2009; Tobin, Seals, & Vincent, 2011). Dado o impacto que a desejabilidade social pode ter num processo de avaliação da personalidade e das características específicas a avaliar, bem como nas consequentes decisões a nível jurídico, torna-se pertinente a avaliação do estilo de respostas apresentadas pelos sujeitos neste contexto.

O presente estudo tem como objetivo comparar os resultados a nível da desejabilidade medidos através da Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne - MCSDS, da escala L do EPQ-R e da Escala de Desejabilidade Social de Coimbra – DESCAs, entre uma amostra de pais/cuidadores envolvidos em processos de avaliação das competências parentais e uma amostra da população geral.

I – Enquadramento conceptual

1.1 Definição e concetualização da desejabilidade social

A avaliação psicológica acompanha a prática da psicologia nas suas várias especialidades ou campos de aplicação (psicologia clínica; psicologia forense; psicologia da educação/desenvolvimento; psicologia organizacional) constituindo uma das ferramentas mais requisitadas em contexto forense. Os inventários de autorrelato são as formas atualmente mais usadas na avaliação da personalidade. Qualquer escala ou questionário de avaliação da personalidade é susceptível de ser respondido enviesadamente, de acordo com o que o indivíduo julga ser socialmente melhor, ou que está em maior conformidade com a cultura vigente, sendo as respostas influenciadas por determinantes não revelantes para o teste (Crandall, Crandall, & Katrovsky, 1965; Crowne & Marlowe, 1960; Paulhus, 1991). Uma das limitações dos instrumentos de autorrelato diz respeito ao controlo do grau em que os indivíduos se envolvem na distorção de resposta à escala. O enviesamento das respostas continua a ser um dos maiores desafios na avaliação psicológica, considerando que a informação recolhida é influenciada pela imagem que o indivíduo quer transmitir de si e que nem sempre reflecte o funcionamento real do próprio (Bathurst, Gottfried, & Gottfried, 1997; Holden & Passey, 2009; Paulhus, 1991; Paunonen & LeBel, 2012; Robinette, 1991; Saar, Aavik, & Konstabel, 2012; Ziegler & Buehner, 2009). Uma avaliação adequada da validade das respostas é essencial no contexto forense (Conroy & Kwartner, 2006), para maximizar a confiança nos resultados dos instrumentos, bem como no diagnóstico e recomendações feitas ao examinado (Bush et al., 2005) e minimizar as consequências graves de identificação/diagnóstico errados (Coppola, Bewley, Harrison, & Shapiro, 2007; Drob, Meehan, & Waxman, 2009; Jackson, Rogers, & Sewell, 2005).¹

¹A este respeito, a *American Educational Research Association* e o *National Council on Measurement in Education* (2002) e a *American Psychological Association* (2010) recomendam que, na construção de instrumentos psicológicos, se determine a influência que determinados constructos têm sobre os testes psicológicos, onde se inclui a desejabilidade social (Ribas, Moura, & Hutz, 2004).

Responder de um modo socialmente desejável é das formas de enviesamento de resposta mais frequentemente estudada na literatura (Ackerman, 2010; Paulhus, 1991), com o tópico da desejabilidade social a ser alvo de bastante discussão (Dilchert, Ones, Viswesvaran, & Deller, 2006; Holden & Passey, 2009; Paulhus, 1991; Paunonen & LeBel, 2012; Saar et al., 2012). A desejabilidade consiste numa propensão que os sujeitos têm para responder, no contexto de avaliação psicológica, de acordo com o que é socialmente aceite ou tido como mais correcto, dada a necessidade de aprovação social. Trata-se de uma tendência dos sujeitos para atribuírem a si próprios os comportamentos e as atitudes com valores culturalmente aceitáveis e de acordo com as normas sociais, e para rejeitar ou ignorar em si mesmos a presença de atitudes/comportamentos com valores socialmente indesejáveis (Almeida, & Freire, 2003; Crowne, & Marlowe, 1960; Ribas, Moura, & Hutz, 2004). Furnham (1986) define a desejabilidade social como a tendência para a distorção de autorrelatos com o intuito de negar traços e comportamentos socialmente indesejáveis. De acordo com Paulhus (1991) a desejabilidade social é a tendência dos indivíduos para falsificar os seus autorrelatos no sentido de facultar respostas que são consonantes com as suas crenças acerca das normas e expectativas sociais. Gudjonsson (2003) defendeu que a desejabilidade social pode reflectir uma auto-estima elevada, excesso de confiança e narcisismo, mas também pode potenciar um comportamento de conformidade, sobretudo em contextos forenses.

Para Paunonen e LeBel (2012) a desejabilidade social consiste na deturpação motivada e direcional que o sujeito faz das suas características, sendo que o respondente seleciona (por predisposição ou enviesamento) os itens autodescritivos que lhe são mais favoráveis socialmente, em detrimento daqueles que justificam ou correspondem mais aos seus traços ou comportamentos reais. O indivíduo pode distorcer as respostas de forma consciente, no sentido de transmitir deliberadamente uma imagem socialmente positiva de si mesmo ou fazê-lo de forma inconsciente, para manutenção do ego e por uma necessidade latente de autoaperfeiçoamento (Paulhus, 1984; Paunonen & LeBel, 2012).

Vários autores (e.g. Franke, 2002; Holden & Passey, 2010; Mersman & Shultz, 1998) refiram o termo *faking* como sinónimo de desejabilidade

social; no entanto, Paunonen e LeBel (2012) defendem que são conceitos diferentes. Estes autores consideram o *faking* como um tipo de deturpação dos atributos, de forma não necessariamente desejável, em que a desejabilidade social surge como uma forma específica de *faking*, com o indivíduo a apresentar-se enquanto “boa pessoa”. Assim, *faking* consiste num conjunto de comportamentos motivados pelo desejo de transmitir, deliberadamente, uma imagem ilusória de si mesmo (Holden & Book, 2012; MacCann, Ziegler, & Roberts, 2012; Ziegler, MacCann, & Roberts, 2012). Esta distorção de resposta deve ser vista não como um traço, mas sim como um comportamento que refletirá de forma sistemática os objetivos pessoais do indivíduo (MacCann, & Roberts, 2012), ou seja, representa um *response set*. O *faking* apenas é ativado quando fatores situacionais e pessoais motivam essa resposta (Ellingson, 2012; Ziegler & Buehner, 2009). Frequentemente reportado como sinónimo do *impression management*, ainda assim a definição de *faking* não é igualmente livre de discussão (MacCann et al., 2012).

Responder de uma forma socialmente desejável poderá mesmo constituir um estilo de resposta quando consistentemente utilizado ao longo do tempo e em vários instrumentos de avaliação (Jackson & Messick, 1958; Kurtz, Tarquini, & Iobst, 2008; Wiggins, 1973, como citado em Paulhus, 1991), enquanto uma tendência não temporária, estável, que reflete um estilo individual consistente ou traço de personalidade (Jackson & Messick, 1958). Também Rogers (2008) refere que alguns indivíduos podem ter maior predisposição, por traços de personalidade, para distorcer as suas respostas. No entanto, o autor alerta para a importância de não considerar os estilos de resposta como atributos intrínsecos, devido ao seu potencial de mudança subjacente aos objetivos e circunstâncias da avaliação dos indivíduos.

Numa tentativa de clarificação do conceito de enviesamento de resposta, Paulhus (1991, 2002) apresenta uma distinção entre *response styles*, enquanto viés de resposta consistente no tempo e nas situações (Wiggins, 1973, cit. por Paulhus, 199); e *response set*, enquanto padrão visível mas temporário de resposta a uma exigência situacional ou a questões motivacionais, como a pressão do tempo, da auto-revelação pública, ou pode ser introduzido por efeitos do contexto, como o formato ou a natureza dos itens.

Relativamente às diferenças individuais na desejabilidade social, alguns dos estudos sugerem que estas não são estatisticamente significativas em função do sexo (Andrews & Meyer, 2003; Johnson & Fendrich, 2002; Loo & Thorpe, 2000; Oliveira, 2004; Ribas, Moura, & Hutz, 2004; Stöber, 2001; Zook & Sipps, 1985). Todavia, Gooden e Struble (1990) e Ray (1988) encontraram resultados mais elevados de desejabilidade social no sexo feminino, enquanto Seol (2007) obteve valores mais elevados nos indivíduos do sexo masculino.

Diversos estudos evidenciam que a desejabilidade social aumenta com a idade (Ray, 1988; Soubelet & Salthouse, 2011). Segundo Stöber (2001), os sujeitos mais velhos obtêm pontuações mais elevadas na desejabilidade social, comparativamente a indivíduos mais jovens.

Relativamente ao nível da escolaridade, Andrews e Meyer (2003) sugerem ausência de influência significativa desta variável na desejabilidade social, mas Heerwig e McCabe (2009), Johnson e Fendrich (2002), Ones, Viswesvaran, e Reiss (1996) e Ribas, Moura, e Hutz (2004) registaram um decréscimo na desejabilidade social com o aumento da escolaridade.

A investigação mostra que o efeito da desejabilidade social depende fortemente do âmbito em que é realizada a avaliação psicológica e das necessidades e objetivos subjacentes à sua administração. Em princípio, pode-se confiar na veracidade das respostas dadas a um questionário sempre que este preenche as seguintes condições: faz apelo à sinceridade (deixando em aberto a possibilidade de não ser preenchido se não houver disposição para fazê-lo com seriedade); é garantido o anonimato e são usados alguns itens invertidos e/ou de despistagem (Oliveira, 2004). O formato das escalas está também relacionado com o fenómeno da desejabilidade social, uma vez que o formato dicotómico - quando as escalas têm como opção de resposta o "sim" e o "não" - sofrem menos o efeito da desejabilidade social (Rotter, 1966); todavia, a resposta dicotómica apresenta mais limitações nas diversas análises estatísticas. Os metodólogos não são unânime em recomendar uma ou outra modalidade de formato das escalas - formato *Likert* ou dicotómico (Oliveira, 2004).

1.1.1 Tipos de desejabilidade social

Wiggins (1964, como citado em Paulhus & John, 1998), através de análise fatorial a todas as medidas de desejabilidade social disponíveis, nomeou duas formas distintas: *Alpha* e *Gamma*. Segundo Paulhus (1986), a principal distinção entre os dois fatores seria o nível de consciência, em que o fator *Gamma* aparece associado a tentativas conscientes de o indivíduo se apresentar aos outros de forma positiva (Salgado, 1996).

Damarin e Messick (1965, como citado em Messick, 1991) reportam igualmente dois fatores: referem-se ao primeiro fator como “*autistic bias in self-regard*”, que envolve uma atitude de distorção defensiva da própria imagem, com o objetivo de ser consistente com um viés global da autoimagem; o segundo fator é denominado de “*propagandistic bias*, na medida em que indica uma tendência para produzir uma reputação pública desejável (Paulhus & Reid, 1991). Os trabalhos de Sackeim & Gur (1979) reportam igualmente duas dimensões, distinguindo entre *self-deception* – para os respondentes com autorrepresentações irrealisticamente positivas, e que parecem estar convencidos que os caracterizam - e *other-deception* – para os respondentes que deliberadamente distorcem as suas auto-descrições para enganar a audiência.

Paulhus, & John (1998) tem apresentado evidências de que o conceito de desejabilidade social (uma versão ligeiramente diferente do *faking good*, em que o indivíduo tenta responder de forma socialmente aceitável), consiste em duas tendências distintas mas interligadas: a *impression management* e o *self-deception positivity*. A *impression management* representa a visão tradicional do *faking good* e diz respeito a uma intenção consciente de adequar as suas respostas de forma a dar uma imagem de si socialmente positiva, de forma a passar a ideia de uma pessoa confiável e socialmente convencional, sendo, portanto, mais consciente e intencional (Gudjonsson & Young, 2011), e que pode ser motivada por várias razões, nomeadamente pela situação de avaliação. A *impression management* avalia um constructo semelhante ao da desejabilidade social definido por Crowne e Marlowe (1960), atendendo a que a distorção de resposta se baseia no conformismo social e na necessidade de aprovação social. Esta é uma tendência que varia de acordo com a motivação e a

exigência situacional. O conceito de *self-deception positivity*, por seu lado, diz respeito a uma autoapresentação honesta, mas abertamente positiva, na medida em que o respondente sente que as suas respostas são indicadores efetivos da sua personalidade real (Gouveia, Guerra, Sousa, Santos, & Costa, 2009). O *self-deception positivity* parece intrinsecamente ligado a constructos de personalidade como o ajustamento, optimismo, auto-estima, sentido geral de capacidade (Paulhus, 1991) e o narcisismo (Gudjonsson & Young, 2010). Paulhus defende ainda que a *impression management* está mais relacionada com a Conscienciosidade e a Amabilidade, domínios do modelo do *Five Factor Model* (Costa & McCrae, 1992) e o *self-deception* mais relacionado com os factores de Estabilidade Emocional, Extroversão e Abertura à Experiência, do mesmo modelo de personalidade. Ademais, para este autor, a *impression-management* estaria mais relacionada com um *response set*, enquanto o *self-deception* estaria associada à definição de *response style*, pois a motivação para o enviesamento é mais dependente do traço. Paulhus (2002) defende que a *impression management* é resultado de várias fontes, sendo sensível a variáveis situacionais. Já o *self-deception* encontra-se intrinsecamente relacionado com a variância do conteúdo, pelo que não poderá ser controlado.

Paulhus & Reid (1991) estabelecem ainda outra distinção, entre *enhancement* - promoção de qualidades positivas - e *denial* - negação de atributos negativos relativos a si próprio. Estes autores demonstram que o conteúdo (*self-deception vs impression-management*) e a tática (*enhancement vs denial*) são relevantes na determinação da desejabilidade das respostas, pelo que a promoção de qualidades positivas (*enhancement*) e a recusa de características negativas do *self (denial)* formariam um fator de elaboração consciente de uma boa impressão de si (*impression management*), enquanto os itens de uma visão positiva de si (*self-deception*) se repartiriam: o *denial self-deception* encontrar-se-ia mais próximo da elaboração consciente de uma boa impressão de si, e o *enhancement self-deception* constituiria outro fator, mais relacionado com o ajustamento.

Em 2002, Paulhus (como citado em Bjorklund & Larsson 2012) sugeriu que os factores *Alpha* e *Gamma* identificados por Wiggins (1964, como citado em Paulhus & John, 1998) diferem no que se refere a conteúdos de personalidade e ambos podem ser influenciados pelo *self-deception* e pela

impression management. Associado ao fator *Alpha* estaria um enviesamento egoístico e ao *Gamma* um enviesamento moralístico (Paulhus & John, 1998), incorporados em dois níveis: processo (consciente vs. inconsciente) e conteúdo (*agency* vs. *communion*), perfazendo quatro tipos de desejabilidade: 1) no enviesamento egoístico estaria a tendência do indivíduo para exagerar o seu estatuto social ou intelectual, querendo exhibir os seus atributos (exagerados e distorcidos) de pessoa dominante, confiante e destemida (*self-deceptive enhancement*), cuja autopromoção, seria direcionada para a individualidade (*agency management*); e 2) no enviesamento moralístico estaria a tendência para o indivíduo negar atributos desviantes e afirmar atributos morais (*self-deceptive denial*), cujo comportamento seria motivado por valores coletivos (*communion management*). Na sua conceptualização, *Alpha* está relacionado com a Abertura e a Extroversão e *Gamma* associa-se à Conscienciosidade e Amabilidade. A Estabilidade Emocional está principalmente relacionada com o factor *Alpha* mas tem também uma forte relação com o factor *Gamma* (Paulhus, 2002, como citado em Bjorklund & Larsson 2012).

1.1.2 Avaliação da desejabilidade social

Atualmente, encontramos uma grande diversidade de escalas, com o objetivo de avaliar a tendência de distorção de resposta. Um dos instrumentos que se destaca é o *Minnesota Multiphasic Personality Inventory* (MMPI-2), na medida em que é um instrumento que visa avaliar e providenciar informações sobre a personalidade e a psicopatologia mas engloba, ele próprio, formas de deteção da distorção de resposta, com as escalas K e L. Jiménez et al. (2009) referem que, no decorrer dos anos 80, com o MMPI-2 (Hathaway, et al., 1989) foi criada uma segunda geração de instrumentos de avaliação psicológica que inclui a deteção de distorções nas respostas. O MMPI-2 tem escalas específicas para a avaliação da *impression management* com a escala L e do *self-deception* com as escalas K e S. Neste sentido, a escala L está associada à tentativa de distorção no sentido positivo, uma vez que os respondentes tendem a afirmar graus elevados de virtude e características pessoais positivas; a escala K permite detetar distorções de resposta no sentido positivo, pela tendência de apresentar um autorrelato socialmente favorável; e a escala S, em que o indivíduo se mostra de uma

maneira extremamente virtuosa e positiva (Machado, 2012; Mesquita, 2012; Pope et al., 2006).

Também o Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista (EPQ-R) (Eysenck, Eysenck & Barrett, 1985; Almiro & Simões, 2012) incluiu uma escala de mentira² – a escala L, que Paulhus (1984) considera orientar-se primariamente para a componente *impression management*. A avaliação da escala L, como uma medida de *Mentira/Desejabilidade Social*, constitui um elemento essencial na apreciação da personalidade do sujeito e do seu nível de sinceridade a responder ao questionário (escala de validade). Neste sentido, para além de avaliar a dissimulação, a escala L parece também medir um fator estável da personalidade, o qual possivelmente se prende com um certo grau de ingenuidade social ou conformidade.

A desejabilidade social é commumente avaliada através das “escalas de mentira”, tais como a escala L do EPQ-R e a Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne³ (*Marlowe-Crowne Social Desirability Scale*, MCSDS; Crowne & Marlowe, 1960). A Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (Crowne & Marlowe, 1960) é uma das escalas mais freqüentemente utilizadas para avaliar a desejabilidade social na atualidade (Beretvas, Meyers & Lette, 2002). A MCSDS é independente de psicopatologias, ao contrário da *Edwards Social Desirability Scale*, construída com base no MMPI. Para construir a MCSDS, Crowne e Marlowe consultaram inventários de personalidade, mas asseguraram que os itens não tivessem relação com psicopatologia. Assim sendo, o conjunto de itens escolhido pelos autores versou comportamentos sancionados culturalmente e outros aprovados, mas cuja probabilidade de ocorrência era reduzida (Crowne & Marlowe, 1960). Ballard (1992), tomando os 33 itens dicotómicos da escala original de Marlowe- Crowne e uma amostra de 399

² H. Eysenck e colaboradores realizaram diversos estudos fatoriais e experimentais sobre a escala L que comprovam a sua unidimensionalidade e a sua adequabilidade na avaliação da mentira/desejabilidade social (cf. H. Eysenck, & S. Eysenck, 1976; Ferrando, Chico, & Lorenzo, 1997; Loo, & Wudel, 1979 *cit in* Almiro, 2013).

³ Segundo Scagliusi et al. (2004), a MCSDS foi traduzida e aplicada em diferentes culturas, tendo inclusivamente versões em chinês, hindu e alemão. Em Portugal, podemos citar os estudos de Barros, Moreira e Oliveira (2005), Oliveira (2004), Poínhos et al. (2008), Silvestre (2011) e Almiro (2013).

Comparação da desejabilidade social entre uma amostra de pais em avaliação das competências parentais e uma amostra de controlo
Daniela Marisa Moreira de Oliveira Guedes (email:nelinha09@hotmail.com) 2015

estudantes universitários, construiu várias versões curtas, sendo a mais difundida em termos de utilização constituída por 13 itens, que ficou conhecida como subescala compósita (Marlowe-Crowne Social Desirability Scale – Short Form – MCSDS-SF; Ballard, 1992). Apesar da escala de Marlowe e Crowne ser a mais usada, existem outras escalas de avaliação da desejabilidade social, como é o caso da de Stoeber (2001) - *The Social Desirability Scale-17* (SDS-17) com 17 itens, em sujeitos dos 18 aos 80 anos, e que manifestou possuir suficiente validade e fidelidade, apresentando boa correlação com a MCSDS (Oliveira, 2004).

As *Paulhus Deception Scales* (**PDS**; versão preliminar portuguesa, M.R. Simões, Almiro, & Sousa, 2010) correspondem à sétima versão do BIDR (*Balanced Inventory of Desirable Responding*) e constituem uma medida de mentira/desejabilidade social composta pelas escalas de Manipulação da Imagem (*impression management*) e de Valorização Auto-Enganadora (*Self-Deceptive Enhancement*). Este instrumento integra 40 itens distribuídos por 2 escalas (cada escala contém 20 itens): a *impression management* (IM) avalia um constructo semelhante ao da desejabilidade social definido por Crowne e Marlowe (1960); a *Self-Deceptive Enhancement* (SDE), por sua vez, reflete a tendência do sujeito para exagerar o seu estatuto social ou intelectual, no sentido de exibir os seus atributos (exagerados e distorcidos) de pessoa dominante, confiante e destemida. Tanto a IM como a SDE avaliam no sujeito a produção de respostas distorcidas ou enganadoras. Contudo, o tipo de distorção presente na IM é distinto do da SDE: a primeira é moral e consciente, enquanto a segunda advém do egoísmo e não é consciente; a primeira baseia-se no conformismo social e na necessidade de aprovação, enquanto a segunda é motivada pela necessidade de *status* social e de poder (Paulhus, 1998; Paulhus, & John, 1998).

1.1.3 Desejabilidade social em contexto de avaliação das competências parentais

A avaliação psicológica forense no contexto do divórcio e da regulação do exercício das responsabilidades parentais⁴, é na maioria dos

⁴ O processo de avaliação forense pode ocorrer no âmbito da Regulação do Comparação da desejabilidade social entre uma amostra de pais em avaliação das competências parentais e uma amostra de controlo
Daniela Marisa Moreira de Oliveira Guedes (email:nelinha09@hotmail.com) 2015

casos, uma tarefa exigente e complexa para os profissionais envolvidos na tomada de decisão, quer pela conflitualidade elevada que os caracteriza, quer pelo grau de desajustamento dos menores envolvidos (Huss, 2011; Pereira & Matos, 2011). Efectivamente, devido à dificuldade na determinação do que constitui o "superior interesse do menor", é nestes casos que o Direito se abre às ciências sociais, particularmente à psicologia, solicitando por necessidade a realização de perícias psicológicas, que se assume como um importante instrumento no auxílio à decisão dos magistrados (Santos, 2013; Pereira & Matos, 2011; American Psychological Association Committee on Professional Practice and Standards, 1998 *cit in* Budd, 2005). O papel dos psicólogos nestes contextos não consiste em tomar uma decisão judicial, mas sim na avaliação “do caso em apreço na sua globalidade” apoiando o tribunal na recolha de “elementos capazes de contribuir para uma decisão judicial concordante com o interesse superior do menor” (Simões, Martins & Formosinho, 2006). Assim, de uma forma mais específica, a actividade pericial efectuada pelo psicólogo deve incidir numa avaliação completa da dinâmica das relações familiares, tendo em conta a personalidade de cada um dos intervenientes: por um lado, o exame da capacidade parental de cada um dos pais⁵ (através da entrevista, avaliação da personalidade, avaliação da psicopatologia); e por outro, o estudo das necessidades das crianças/adolescentes (avaliação das necessidades materiais, físicas, psicológicas e desenvolvimentais, motivações, expectativas, anseios, capacidade de adaptação a novas situações, os laços emotivos com cada progenitor, a presença de alienação parental ou interferências parental, entre

Exercício das Responsabilidades Parentais (antiga regulação do poder paternal), da alteração da Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais, do incumprimento do Exercício das Responsabilidades Parentais, da inibição e limitação do Exercício das Responsabilidades Parentais, bem como nas acções tutelares comuns. A utilização do termo "responsabilidades parentais" deve-se às modificações que foram operadas na Lei nº61/2008 de 31 de outubro e que atribui a ambos os pais, a partilha e exercício em comum das responsabilidades parentais (Pereira & Matos, 2011; Sottomayor, 2011).

⁵ Relativamente aos pais, analisam-se: as competências parentais; os estilos educativos e as estratégias de disciplina, o ajustamento psicológico, a saúde física e psicológica, a continuidade das relações com o filho, a qualidade dos afectos, o estilo de vida, a ocupação profissional, a situação financeira, os sistemas de apoio, as garantias de estabilidade para o filho, as estratégias de resolução de conflitos, o empenho na manutenção da relação do filho com o outro progenitor, e os motivos para a obtenção da guarda (Sottomayor, 2011).

Comparação da desejabilidade social entre uma amostra de pais em avaliação das competências parentais e uma amostra de controlo
Daniela Marisa Moreira de Oliveira Guedes (email:nelinha09@hotmail.com) 2015

outras situações (Sotelo et al., 2007; Sottomayor, 2011; APA, 2013; Simões, Martins & Formosinho, 2006; Manita & Machado, 2012). Esta análise integrada implica, além da avaliação da interação da criança com cada um dos pais, a avaliação destes no que concerne: aos seus conhecimentos, competências e atributos em função do que é necessário para o adequado exercício da função parental; ao seu ajustamento psicológico; e à sua capacidade para satisfazer as necessidades desenvolvimentais do menor. A par da avaliação das competências parentais e do ajustamento psicológico dos intervenientes, o Tribunal pode pedir uma avaliação sobre o conflito entre os progenitores e o seu impacto na criança (Antunes, Caridade, & Pereira, 2005). O pedido da avaliação pode recair sobre os progenitores, a criança ou ambos (American Psychological Association [APA], 2013).

No âmbito forense é primordial a avaliação do estilo de respostas dadas pelos indivíduos para averiguar se a informação recolhida é fiável. Tal como referem Eysenck e Eysenck (1976 *cit in* Almiro, 2013), os questionários de personalidade aplicados sob determinadas circunstâncias, são susceptíveis de serem influenciados por estes estilos de resposta - em determinados contextos de avaliação psicológica é possível manipular os dados, em função da motivação do sujeito para responder/dissimular. Na avaliação psicológica no âmbito dos Processos de Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais (RERP), os indivíduos têm tendência a serem menos honestos ou, inclusive, a socorrerem-se de falsas alegações e a dissimular e mascararem sintomas (Austin, 2000; Bow & Quinnell, 2001), a fim de beneficiarem de uma imagem mais positiva perante o sistema judicial. Para além de um estilo de resposta extremamente defensivo (Archer, Hagan, Mason, Handel, & Archer, 2012; Tobin, Seals, & Vincent, 2011) ou uma autoapresentação favorável e positiva de si (Bathurst et al., 1997; Carr, et al., 2005; Tobin, et al., 2011), os progenitores/cuidadores envolvidos em disputa de custódia e determinação da competência parental tentam mostrar ausência de problemas em si próprios (Archer et al., 2012; Bathurst et al., 1997) e a exagerar a qualidade das suas relações com os filhos (Carr et al., 2005; Gould et al., 2009), ao mesmo tempo que fornecem informações extremamente negativas acerca do outro progenitor/cuidador (Pope et al., 2006). De acordo com Tobin, Seals e Vincent (2011), e usando a distinção feita por Paulhus (1984) no que toca aos tipos de desejabilidade

social, os progenitores/cuidadores apresentam uma tendência para fornecerem auto descrições exageradamente positivas, sendo a manipulação da impressão (*impression-management*), a faceta que parece ser mais sensível ao tipo de pressão exercida em contexto de atribuição da custódia parental.

II - Objectivos

A presente investigação insere-se no âmbito dos estudos de validação de escalas de avaliação da desejabilidade social para a população portuguesa, particularmente para os indivíduos envolvidos em avaliação psicológica em contexto forense.

Assim, este estudo tem como objetivo geral comparar a desejabilidade social avaliada pelas Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne - MCSDS, escala L do EPQ-R e Escala de Desejabilidade Social de Coimbra – DESCA entre uma amostra de pais/cuidadores envolvidos em processos de avaliação das competências parentais e uma amostra da população geral (controlo).

Os objetivos específicos são:

- i) Apurar as qualidades psicométricas a nível da precisão, especificamente da consistência interna, das 3 escalas (MCSDS; escala L do EPQ-R; DESCA) para a amostra forense;
- ii) Verificar se há diferenças estatisticamente significativas nos resultados nestas três escalas entre uma amostra forense composta por indivíduos em processos de avaliação das competências parentais (Processos de Promoção e Proteção; Processos de Regulação das Responsabilidades Parentais) e uma amostra da população geral- controlo.

III - Metodologia

3.1 Amostra

Para a realização deste estudo, o recrutamento dos participantes ocorreu em dois contextos distintos: população geral e contexto forense.

A amostra forense foi constituída através do Centro de Prestação de Serviços à Comunidade (CPSC) da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCE-UC), especificamente da consulta de Avaliação Psicológica e Intervenção Terapêutica de Suporte para a Mudança. A amostra da população geral tinha como fator de exclusão não ter nenhum processo judicial.

A amostra total inclui 66 participantes, 37 do sexo feminino e 29 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 55 anos. A amostra forense é constituída por 33 progenitores (19 mulheres e 14 homens) com Processos de Regulação das Responsabilidades Parentais (RRP), com idades compreendidas entre os 18 e os 55 anos ($M = 36,88$; $DP = 6,585$) (ver Tabela 1). A amostra de controlo integra 33 participantes da população geral, dos quais 18 são do sexo feminino e 15 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 55 anos ($M = 40,70$; $DP = 7,007$).

No que respeita à escolaridade, 13 participantes da amostra forense têm o ensino superior, enquanto na amostra de controlo 17 participantes têm um nível de escolaridade correspondente ao 3º Ciclo. No que concerne à atividade profissional, grande parte da amostra de controlo é constituído pela categoria dos Empregados (escritório, fabril, limpezas) ($n=6$), seguida da categoria dos Auxiliares (acção direta, lar, educação, fisioterapia) e da categoria Doméstico (ambos com $n = 4$). Na amostra forense destacam-se os funcionários públicos e médicos (ambos com $n=3$) e professores e empresários (ambos com $n=2$).

Tabela 1. Características sociodemográficas da amostra

<i>N=66 (100%)</i>	Amostra Forense	Amostra de controlo
	33	33
Sexo		
Masculino	14 (21,2%)	15 (22,7%)
Feminino	19 (28,8%)	18 (27,3%)
Idade		
Média	36,88 (47,5%)	40,70 (52,5%)
DP	6,59	7,01
Anos de escolaridade		
6	4 (6,1%)	7 (10,6%)
7	1 (1,5%)	2 (3%)
9	9 (13,6%)	17 (25,8%)
11	0 (0%)	1 (1,5%)
12	6 (9,1%)	6 (9,1%)

Comparação da desejabilidade social entre uma amostra de pais em avaliação das competências parentais e uma amostra de controlo
Daniela Marisa Moreira de Oliveira Guedes (email:nelinha09@hotmail.com) 2015

13	13 (1,7%)	0 (0%)
Profissão		
Ajudante (cozinha, mecânico)	1(1,5%)	1(1,5%)
Auxiliar (acção direta, lar, educação, fisioterapia)	1(1,5%)	4 (6,0%)
Funcionário público (CTT, finanças)	3 (4,5%)	1(1,5%)
Cabeleireira	1(1,5%)	1(1,5%)
Empregado (escritório, fabril, limpezas)	1(1,5%)	6 (9,0%)
Doméstica	0 (0%)	4 (6,0%)
Vigilante (segurança privado)	1(1,5%)	2 (3,0)
Vendedor (lojista)	1(1,5%)	1(1,5%)
Guarda prisional	1(1,5%)	0(0%)
Construtor civil (empreiteiro)	0(0%)	2 (3,0%)
Escriturário	0(0%)	1(1,5%)
Electromecânico	0(0%)	1(1,5%)
Cozinheira	0(0%)	1(1,5%)
Camionista	0(0%)	1(1,5%)
Carpinteiro	0(0%)	1 (1,5%)
Mecânico	1 (1,5%)	1 (1,5%)
Empresário	2 (3,0%)	0(0%)
Farmacêutico	1 (1,5)	0(0%)
Médico	3 (4,5%)	0(0%)
Professor	2 (3,0)	0(0%)
Professor universitário	1 (1,5%)	0(0%)
Motorista	1(1,5%)	1(1,5%)
Técnico (oficial de contas, telecomunicações)	1(1,5%)	1(1,5%)
Webdesigner	0(0%)	1 (1,5%)

De modo a comparar as amostras em função da variável Escolaridade e Profissão procedeu-se ao cálculo do *Qui-Quadrado*. Os resultados obtidos (Tabela H1) indicam que há diferenças estatisticamente significativas entre os anos de escolaridade do grupo de controlo em relação ao grupo forense ($\chi^2= 17,61$; $p = ,003$; 95% IC [,000, ,002]). Relativamente à variável Profissão, não há uma diferença estaticamente significativa entre a profissão do grupo de controlo em relação ao grupo forense ($\chi^2= 53,60$, $p = ,302$, 95% IC [,077; ,091]).

No que respeita à Idade, procedeu-se ao cálculo do Teste *t-student* para amostras independentes. Como consta na tabela (H2) não há uma diferença estaticamente significativa entre as médias da idade do grupo de

controlo em relação ao grupo forense ($t = 2,28$, $p = ,483$, 95% IC [4,474, 7,162]).

3.2 Instrumentos

3.2.1 Questionário sociodemográfico

Este questionário pretende recolher informação para caracterização dos participantes relativamente à idade, sexo, actividade profissional, nível de escolaridade, estado civil, indicação de ter/não ter filhos e local de residência.

3.2.2. Marlowe-Crowne Social Desirability Scale (MCSDS; Crowne & Marlowe, 1960; Simões, Almiro, & Sousa, 2010)

A Marlowe-Crowne Social Desirability Scale (MCSDS; Crowne & Marlowe, 1960; adapt. port. Simões, Almiro, & Sousa, 2010) é um instrumento de auto-resposta destinado a avaliar a desejabilidade social e é independente da psicopatologia (Crowne & Marlowe, 1960; Scagliusi et al., 2004). Esta escala é composta por 33 itens dicotómicos, sendo alguns itens cotados de modo directo e outros itens cotados de modo inverso. Em cada item, que reflecte um determinado traço ou atitude, o indivíduo deve assinalar uma das opções "Verdadeira" ou "Falsa", em função do que ele pensa sobre si próprio. Os itens que pontuam com 1 correspondem a comportamentos socialmente desejáveis mas pouco frequentes (itens de atribuição), enquanto os itens que pontuam com 0 correspondem a comportamentos comuns mas socialmente indesejados (itens de negação) (Scagliusi *et al.*, 2004; Silvestre, 2011). As pontuações obtidas podem variar entre 0 e 33, sendo as pontuações superiores a 17 indicadoras de um “forte desejo de aceitação social” (Crowne & Marlowe, 1960).

Os estudos para avaliar as propriedades psicométricas desta escala demonstram que o instrumento é robusto: boa consistência interna (coeficiente *alpha* de Cronbach variável entre .72 e .96) (Ballard, 1992; Crowne & Marlowe, 1960; Loo & Loewen, 2004; Loo & Thorpe, 2000) e boa estabilidade temporal (.89) medida pelo coeficiente de correlação teste-reteste (Crowne & Marlowe, 1960). O valor do *alpha* de Cronbach obtido

num estudo realizado em Portugal com uma amostra de estudantes universitários foi de .64, o que é considerado aceitável (Barros, Moreira, & Oliveira, 2005). Também o estudo de Poínhos et al. (2008) obteve valores dentro da mesma ordem (*alpha* de Cronbach de .65).

Apesar de a MCSDS (Crowne & Marlowe, 1960) ser a medida mais utilizada e estudada para avaliação da desejabilidade social, (e.g., em contexto de investigação) (Barger, 2002; May, Leite, & Beretvas, 2005; Oliveira, 2004; Nederhof, 1985) e de Seol (2007) a considerar uma medida de desejabilidade social robusta, a escala tem recebido críticas (e.g., McCrae e Costa, 1983; Oliveira, 2004; Stöber, 2001, Barger, 2002), nomeadamente ao nível do constructo efetivamente avaliado, da estrutura fatorial subjacente e da sua dimensionalidade.

3.2.3. Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista (EPQ-R; Eysenck, Eysenck & Barrett, 1985; Almiro & Simões, 2012)

O *Questionário de Personalidade de Eysenck - Forma Revista* (EPQ-R) foi construído em 1985 por S. Eysenck, H. Eysenck e Barrett, com o objectivo de ultrapassar algumas deficiências do questionário original (EPQ), relacionadas com alguma fragilidade psicométrica da escala P (psicoticismo). Alicerçado no modelo P-E-N de H. Eysenck (*Big Three*) e enquadrado numa abordagem nomotética, o EPQ-R avalia as três dimensões fundamentais da personalidade definidas pelo autor: o Psicoticismo (P), a Extroversão (E) e o Neuroticismo (N). Este instrumento inclui também a escala L (Mentira/Desejabilidade Social).

A versão portuguesa do EPQ-R (Almiro & Simões, 2012) é constituída por 78 itens, 70 dos quais são compostos por quatro escalas: a N, com 23 itens; a E com 20 itens; a P com 9 itens; e a escala L com 18 itens. Em cada item, o sujeito deve assinalar “Sim” ou “Não”, de acordo com a sua maneira "habitual de ser, pensar e sentir". Neste questionário, alguns itens são cotados de modo directo e outros itens cotados de modo inverso.

Os estudos originais incidiram numa amostra inglesa ($N = 902$; 408 homens e 494 mulheres) tendo sido claramente identificados quatro fatores (P, E, N e L), com índices de consistência interna de .78 na escala P, .90 na escala E, .88 na escala N e .82 na escala L para os homens, e de .76 na escala P, .85 na

escala E, .85 na escala N e .79 na escala L para as mulheres. (Eysenck, Eysenck, & Barrett, 1985). O EPQ-R foi estudado em vários países e evidenciou boas qualidades psicométricas, quer no que respeita à estrutura factorial, quer em relação à precisão (Almiro, 2013). A construção da *Versão Portuguesa do EPQ-R* baseou-se nos resultados da investigação das propriedades psicométricas da Versão Experimental Portuguesa do instrumento (Almiro & Simões, 2007), tendo sido aplicada a uma amostra de 1689 sujeitos (783 homens e 906 mulheres). Os dados obtidos comprovaram que o EPQ-R mede convenientemente os quatro factores, com os seguintes valores de consistência interna: .87 para N, .83 para E, .55 para P e .78 para L. No presente estudo utilizou-se apenas a cotação relativa à escala L.

3.2.4 Escala de Desejabilidade Social (DESCA; Alberto, Oliveira, & Fonseca, 2012)

A Escala de Desejabilidade Social (DESCA) foi elaborada por Alberto, Oliveira e Fonseca, em 2012, como uma medida de desejabilidade social, construída a partir da experiência de avaliação de progenitores envolvidos em situação de disputa de custódia a nível da capacidade/competência parental. A DESCAs é constituída por 21 itens cotados de 1 a 4, através de uma escala *Likert* (1="discordo completamente" até 4 "concordo completamente").

O estudo realizado por Oliveira (2012) (N= 229, sendo 142 sujeitos do sexo masculino e 87 do sexo feminino) demonstrou que o instrumento possui qualidades psicométricas razoáveis, tanto ao nível dos estudos de precisão (consistência interna com $\alpha=.757$; e de estabilidade temporal com $r=.749$ de) como de validade (de constructo). A estrutura dimensional subjacente à DESCAs permitiu a identificação de três factores: *Busca de Aprovação Social* (BAS), *Gestão de Imagem Social* (GIS) e *Dependência Relacional* (DR). Neste sentido, Oliveira (2013) partiu do pressuposto que a DESCAs engloba dois grandes tipos de desejabilidade social: por uma lado, a criação de uma estratégia mais consciente de enganar a audiência no sentido de transmitir uma imagem positivamente favorável de si (o que parece suceder no Factor GIS, ou, por outro lado, resultante da necessidade de estruturar um autoconceito positivo

através de estratégias (numa atitude defensiva e estratégica) de criar uma imagem favorável de si, o que parece subjazer aos factores BAS e DR (Paulhus, 1984). Relativamente à validade convergente, correlacionou-se a DESCAs com A Escala L do EPQ-R e com a MCSDS, tendo-se verificado coeficientes de correlação fracos entre a DESCAs e a *Escala de Desejabilidade Social/ Mentira* do EPQ-R ($r = .078$; $N = 228$; $p = .241$), e entre a DESCAs e a MCSDS ($r = -.115$; $N = 227$; $p = .083$) foram fracos.

3.3 Procedimentos

Na recolha de dados foram respeitados os princípios éticos da confidencialidade e do consentimento informado. A participação dos indivíduos que constituem a amostra de controlo (população geral) foi voluntária e anónima, mediante a explicação prévia da natureza da investigação, dos seus objectivos e da sua importância. A recolha de dados decorreu em contexto informal, de modo individual. Após o anonimato e a confidencialidade terem sido ressaltados, prosseguiu-se com a aplicação do protocolo, aplicado num formato de papel e caneta, seguindo as normas e as instruções das provas psicométricas. O protocolo inclui os instrumentos descritos previamente e cuja ordem de aplicação correspondeu à sequência em que os mesmos foram administrados, precedidos de um questionário sociodemográfico de caracterização da amostra. A amostra foi recolhida pelo método de amostragem não probabilística (amostragem de conveniência), cujo único critério previamente estabelecido assentou na faixa etária dos participantes ser compreendida entre os 18 e os 55 anos. Da base de dados da população geral seleccionaram-se os casos emparelhados com os participantes da amostra forense em função do sexo, idade e nível de instrução.

A recolha dos dados na amostra forense realizou-se no CPSC no âmbito dos processos de avaliação das competências parentais solicitados pelos Tribunais. Os instrumentos que compõem esta pesquisa integram o protocolo regularmente usado nesta consulta do CPSC.

O tratamento estatístico dos dados foi realizado através do software estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 20.0.

4 - Resultados

4.1 Avaliação da precisão dos instrumentos

Na amostra forense (n=33) foram obtidos os valores de $\alpha=.76$ para a MCSDS, de $\alpha=.78$ para a DESCAs e de $\alpha=.78$ para a escala L do EPQ-R (ver tabela 2). De acordo com o critério de Devellis (1991), estes índices revelam uma razoável consistência interna. Na amostra de controlo (n=33) foram obtidos os valores de $\alpha=.88$ para a MCSDS, de $\alpha=.73$ para a DESCAs e de $\alpha=.78$ para a escala L do EPQ-R. De acordo com o critério de Devellis (1991), estes índices revelam uma razoável consistência interna nas duas amostras para as três escalas.

Tabela 2. Síntese das características psicométricas das escalas MCSDS; DESCAs e escala L do EPQ-R obtidos no Contexto Forense.

N=33	Consistência interna	M	DP	Itens
<i>Alfa de Cronbach</i>				
MCSDS	.76 ^h (.88)	40,97 ^h (46,39)	4,28 ^h (7,50)	33
DESCAs	.78 (.73)	55,22 (52,58)	7,80 (6,20)	21
EPQ-R	.78 (.78)	12,41 (10,42)	3,34 (3,73)	18

[(^h entre parêntesis encontram-se os valores correspondentes na amostra de controlo (n=33); M(média), DP (Desvio-padrão)]

Na análise da correlação entre cada item e a escala total da MCSDS da amostra forense (Tabela F2), a maioria dos itens regista uma correlação com o total da escala acima dos .21 (Pallant, 2005; Silvestre, 2011) à excepção dos itens 2 ($r = .082$), 12 ($r = -.025$), 13 ($r = .000$), 17 ($r = .059$), 19 ($r = .131$), 25 ($r = .067$), 27 ($r = .162$), 28 ($r = .037$), 30($r = .139$), e o item 31 ($r = .127$). A consistência do instrumento aumentaria ligeiramente se o item 16 fosse removido. Destaca-se o item 26 ("Nunca me irritei quando as pessoas expressaram ideias muito diferentes das minhas") pela maior correlação ($r = .549$) que revela com o total da escala. O item 13 ("Ouço sempre com atenção os outros, independentemente da pessoa com quem estou a falar") revela um valor zero de correlação, mas mantém-se o valor da consistência interna caso fosse eliminado. Analisando as principais estatísticas descritivas relacionadas com os itens da escala constata-se que as médias variam entre

1.00 ($DP = .000$) no item 13 (“Ouço sempre com atenção os outros, independentemente da pessoa com quem estou a falar”) e 1.72 ($DP = .457$) no item 29 “Eu quase nunca senti a necessidade de repreender alguém”, apresentando maior número de respostas no sentido da desejabilidade social. Os itens que registam maior homogeneidade para responder de forma socialmente desejável foram o item 8 - “O meu comportamento à mesa é igualmente adequado quer esteja em casa, quer esteja num restaurante” ($M = 1.06$, $DP = .246$), item 12 “Houve alturas em que senti vontade de me revoltar contra pessoas com mais autoridade, apesar de saber que elas estavam certas” ($M = 1.06$, $DP = .246$), item 15 “Houve ocasiões em que me aproveitei de alguém” ($M = 1.06$, $DP = .246$), item 16 “Estou sempre disposto(a) a admitir os erros que cometo” ($M = 1.09$, $DP = .296$), item 19 “Por vezes, tento vingar-me, em vez de perdoar e esquecer” ($M = 1.03$, $DP = .177$), item 20 “Quando não sei alguma coisa, não me importo nada de o admitir” ($M = 1.06$, $DP = .246$), item 24 “Nunca deixaria que alguém fosse castigado pelos meus erros” ($M = 1.03$, $DP = .177$), item 25 “Nunca fico ressentido por me pedirem um favor de volta” ($M = 1.06$, $DP = .246$), item 28 “Houve alturas em que tive bastante inveja da boa sorte dos outros” ($M = 1.06$, $DP = .246$) e item 30 “Por vezes, fico irritado com as pessoas que me pedem favores” ($M = 1.09$, $DP = .296$).

As correlações item-total da DESCAs na amostra forense (tabela D2) apresentam, na generalidade, bons índices, com a maioria registando valores acima do .300, à exceção dos itens 1 ($r = .127$), 9 ($r = -.021$), 11 ($r = .171$), 12 ($r = .217$), 15 ($r = .201$), 16 ($r = -.122$), 17 ($r = .186$), 18 ($r = .199$) e o item 19 ($r = -.219$). A consistência do instrumento aumentaria se o item 16 fosse removido. Por seu turno, destaca-se o item 6 (“Tenho cuidado em não contrariar as outras pessoas para que continuem a gostar de mim”) pela maior correlação ($r = .849$) que revela com o total da escala. O valor menor de correlação ($r = -.021$) com o total da escala pertence ao item 9 (“Não dou a minha opinião quando ela é diferente da das outras pessoas, com medo que gostem menos de mim”), que aumentaria ligeiramente o valor da consistência interna se fosse eliminado. Analisando as principais estatísticas descritivas relacionadas com os itens da escala, as médias variam entre 1.50 ($DP = .514$) no item 11 “Para mim é mais importante que os outros gostem de mim do que defender o que penso” e 3.72 ($DP = .461$) no item 19

“Algumas pessoas que me conhecem não gostam da maneira como sou”, apresentando maior número de respostas no sentido da desejabilidade social. Os itens que apresentam maior homogeneidade para responder de forma socialmente desejável foram: item 2 “Preciso que me digam que estou a fazer bem para me sentir confiante” ($M = 2.11$, $DP = .758$); item 3 “Gosto de todas as pessoas que conheço” ($M = 2.06$, $DP = .873$); item 15 “Tento não dizer às pessoas coisas que as deixem magoadas ou tristes, para não perder a sua amizade” ($M = 2.06$, $DP = .725$) e item 21 “Consigo admitir que por vezes cometo erros” ($M = 2.17$, $DP = 1.505$).

Na análise das correlações entre cada item e o total da escala L do EPQ-R (Tabela E2), a maioria dos itens regista uma correlação com o total da escala de $r=.20$, excetuando os itens 28 ($r = -.146$), 53 ($r = .288$) e o item 76 ($r = .167$). Destaca-se o item 31 ($r = .550$) (“Alguma vez ficou com alguma coisa (nem que fosse um alfinete ou um botão) que pertencesse a outra pessoa?”) pela maior correlação que revela com o total da escala, e o item 76 ($r = -.146$) (“Às vezes fala sobre coisas de que nada sabe?”) pelo menor valor de correlação, aumentando ligeiramente o valor da consistência interna se fosse eliminado. Analisando as principais estatísticas descritivas relacionadas com os itens da escala da amostra forense, constata-se que as médias variam entre $.17$ ($DP = .384$) no item 57 “Alguma vez se atrasou para um compromisso ou para o seu trabalho?” e $M=.97$ ($DP = .186$) no item 17 “Alguma vez culpou alguém sabendo que a responsabilidade era sua?”, item 25 “Às vezes fala sobre coisas de que nada sabe?” e item 28 “Está sempre disposto(a) a admitir os erros que comete?”, apresentando maior número de respostas no sentido da desejabilidade social. Os itens que registam maior homogeneidade para responder de forma socialmente desejável foram: o item 17 “Alguma vez culpou alguém sabendo que a responsabilidade era sua?” ($M = .97$, $DP = .186$), 25 “Às vezes fala sobre coisas de que nada sabe?” ($M = .97$, $DP = .186$), 28 “Está sempre disposto(a) a admitir os erros que comete?” ($M = .97$, $DP = .186$) e o item 76 “Alguma vez aceitou um elogio sabendo que o mérito era de outra pessoa?” ($M = .93$, $DP = .258$).

4.2 Comparação entre a amostra forense (CPSC) e o grupo de controlo

Com o objectivo de verificar se as duas amostras diferem nas respostas às três escalas que avaliam a desejabilidade social recorreu-se ao *Teste t-student* para duas amostras independentes e ao teste não paramétrico de *Teste U de Mann-Whitney*.

Na MCSDS, a média obtida pela amostra forense é de 40,97 pontos (DP= 4,28), enquanto na amostra de controlo a pontuação média atingiu 46,39 pontos (DP= 7,50). No que se refere à DESCAs, a média na amostra forense é de 55,22 pontos (DP= 7,80) e na amostra de controlo é de 52,58 pontos (DP = 6,20). Na escala L do EPQ-R, a média encontrada na amostra forense é de 12,41 pontos (DP= 3,34) e na amostra de controlo é de 10,42 pontos (DP= 3,73) (ver Tabela 2).

Tabela 3 . Valores do teste t de Student obtidos pela comparação das médias no EPQ-R e na MCSDS entre a amostra forense e a amostra de controlo.

Escalas	Grupos	M(DP)	Teste t		N
			t	sig.	
Escala L - EPQ-R	Controlo	10,42 (3,73)			33
	CPSC	12,41 (3,34)	-2, 21	.542	29
MCSDS	Controlo	46,39 (7,50)	3,57 ⁶	,000	33
	CPSC	40,97 (4,28)			32

Como se pode constatar, registam-se diferenças estatísticas significativas ($p < .001$) entre as médias para a escala MCSDS, com os participantes da amostra forense a registarem um valor de desejabilidade social mais baixo que os da amostra de controlo, mostrando uma menor tendência para responder de acordo com o que é socialmente aceite ou tido como mais correcto – o valor do *Teste t* para MCSDS é de [$t=3,57$; $p=.000$] (ver tabela 3).

Na medida em que as amostras do grupo CPSC e Controlo têm dimensões diferentes, com 18 e 33 participantes respetivamente, aplicou-se o método do *Teste U de Mann-Whitney*, com o objectivo de examinar se

⁶ Foi cumprido o pressuposto de homogeneidade da variância para a escala MCSDS. Comparação da desejabilidade social entre uma amostra de pais em avaliação das competências parentais e uma amostra de controlo
Daniela Marisa Moreira de Oliveira Guedes (email:nelinha09@hotmail.com) 2015

existem diferenças significativas nas pontuações dos factores da DESCA (BAS, GIS e DR).

Na Tabela 4, verifica-se que não existem diferenças estatísticas significativas ($p < .05$) nas pontuações das três dimensões da Desca entre as duas amostras.

Tabela 4. Valores do *Teste U de Mann-Whitney* obtidos pela comparação das médias na DESCA entre o grupo de Regulação das Responsabilidades Parentais (RRP) e um grupo normativo de sujeitos.

Escala	Controlo Média de Ordem	CPSC Média de ordem	U	p
DescaBAS	25,11	27,64	267,500	,557
DescaGIS	25,02	27,81	264,500	,518
DescaDR	27,41	23,42	250,500	,352

Nota: BAS = Busca de Aprovação Social; GIS = Gestão de Imagem Social; DR = Dependência Relacional; U = *Teste U de Mann-Whitney*

4.3 Comparação por itens das três escalas entre as duas amostras

Para além da comparação entre as médias dos totais por escala, ponderou-se fazer uma análise comparativa mais detalhada dos itens das três escalas entre as duas amostras. Para os itens da MCSDS e da escala L do EPQ-R recorreu-se a comparação da sua distribuição através do Qui-quadrado, pois têm uma cotação dicotómica (0/1), enquanto para a DESCA se usou o *Teste U de Mann-Whitney* pois tem uma cotação ordinal.

Como consta na Tabela 5, o valor do *Qui-quadrado* para a escala L do EPQ-R é significativo (níveis de significância de $p < .001$ e de $p < .05$) para o item 7 "Se disser que vai fazer alguma coisa, cumpre sempre a sua promessa por mais incómodo que isso seja?" ($\chi^2 = 4,67$, $p = .031$) e o item 68 "Já alguma vez disse, propositadamente, alguma coisa para magoar alguém?" ($\chi^2 = 3,92$, $p = .048$).

No que se refere à MCSDS, o valor do *Qui-quadrado* é significativo (níveis de significância de $p < .001$ e de $p < .05$) para o item 3 "Às vezes é difícil para mim continuar a fazer o meu trabalho se não for encorajado(a)",

item 5 "Houve alturas em que tive dúvidas sobre minha capacidade para vencer na vida", item 6 "Por vezes, fico ressentido quando não consigo aquilo que quero", item 9 "Se pudesse entrar num cinema sem pagar com a certeza de que não seria detectado(a)", item 10 "Em algumas ocasiões, desisti de fazer determinadas coisas por pensar que não era capaz", item 11 "De vez em quando gosto de falar da vida dos outros", item 12 "Houve alturas em que senti vontade de me revoltar contra pessoas com mais autoridade, apesar de saber que elas estavam certas", item 14 "Lembro-me de fingir estar doente para me livrar de fazer alguma coisa que não queria", item 15 " Houve ocasiões em que me aproveitei de alguém", item 19 "Por vezes, tento vingar-me, em vez de perdoar e esquecer", item 23 "Houve ocasiões em que senti vontade de partir tudo", item 28 "Houve alturas em que tive bastante inveja da boa sorte dos outros", item 29 "Eu quase nunca senti a necessidade de repreender alguém", item 30 "Por vezes, fico irritado com as pessoas que me pedem favores", item 31 "Nunca senti que tenha sido castigado(a) sem razão", e o item 32 "Às vezes penso que quando as pessoas são azaradas é porque têm aquilo que merecem" (ver tabela 5)

Para a DESCA recorreu-se ao *Teste U de Mann-Whitney* para verificar se existem diferenças significativas para os itens entre as duas amostras. Como consta na Tabela 5, o valor do *teste U* é significativo (níveis de significância de $p < .001$ e de $p < .05$) para item 6 "Tenho cuidado em não contrariar as outras pessoas para que continuem a gostar de mim", item 7 "Mostro emoções que nem sempre sinto para ser aceite pelos outros", item 8 "Sou sempre amável com toda a gente", item 9 "Não dou a minha opinião quando ela é diferente da das outras pessoas, com medo que gostem menos de mim", item 12 "Há pessoas com as quais não consigo ser simpático", item 13 "As pessoas que me conhecem têm todas uma boa impressão sobre mim", item 14 "É importante que as outras pessoas gostem todas de mim", item 16 "Mesmo quando acho que as coisas podem ficar complicadas para mim, não minto", item 17 "Sou um bom ouvinte mesmo com as pessoas menos agradáveis", item 18 "Sou incapaz de mentir" e o item 19 "Algumas pessoas que me conhecem não gostam da maneira como sou" (ver tabela 5).

Tabela 5. Valores do *Teste U de Mann-Whitney* obtidos para a DESCA e valores do Qui-Quadrado obtidos para a escala L, do EPQ-R e da MCSDS, ao nível dos itens, na comparação entre a *Amostra Forense* e o *Grupo Normativo*.

Item	Controlo sim	CPSC sim	χ^2	<i>p</i>
EPQR 7	22	26	4,67	,031*
EPQR 68	17	22	3,92	,048*

Item	Controlo Verdadeiro	CPSC Verdadeiro	χ^2	<i>p</i>
MCSDS 3	11	26	15,21	,000*
MCSDS 5	8	20	9,69	,002*
MCSDS 6	3	11	6,146	,013*
MCSDS 9	13	27	13,89	,000*
MCSDS 10	9	21	9,615	,002*
MCSDS 11	8	23	14,78	,000*
MCSDS 12	11	30	25,46	,000*
MCSDS 14	12	27	15,60	,000*
MCSDS 15	12	30	23,40	,000*
MCSDS 19	14	31	22,61	,000*
MCSDS 23	6	23	18,96	,000*
MCSDS 28	12	30	23,400	,000*
MCSDS 29	24	9	12,93	,000*
MCSDS 30	15	29	15,16	,000*
MCSDS 31	26	12	11,40	,001*
MCSDS 32	11	27	17,43	,000*

Item	Controlo Média de Ordem	CPSC Média de ordem	U	<i>p</i>
DESCA 6	29,38	19,81	185,500	,020*
DESCA7	29,32	19,92	187,500	,019*
DESCA 8	20,21	36,61	106,000	,000*
DESCA 9	21,06	35,06	134,000	,000*
DESCA 12	22,64	32,17	186,000	,018*
DESCA 13	30,42	17,89	151,000	,001*
DESCA 14	22,18	33,00	171,000	,006*
DESCA 16	22,70	32,06	188,000	,020*
DESCA 17	19,82	37,33	93,000	,000*
DESCA 18	29,52	19,56	181,000	,013*
DESCA 19	20,68	35,75	121,5000	,000*

χ^2 - valor do Qui-quadrado; U - *Teste U de Mann-Whitney*; * $p < .05$

4.4 Análise das correlações

Como análise exploratória, analisaram-se as correlações entre as três escalas para a amostra forense. Como consta na tabela (G2), os coeficientes obtidos na amostra forense são significativos e elevados (Cohen, 1988) entre os factores BAS e DR da DESCA ($r = .565$; $N = 18$; $p < .005$), entre a escala L do EPQ-R e o fator GIS da DESCA ($r = .528$; $N = 18$; $p < .005$),

Comparação da desejabilidade social entre uma amostra de pais em avaliação das competências parentais e uma amostra de controlo
 Daniela Marisa Moreira de Oliveira Guedes (email:nelinha09@hotmail.com) 2015

entre a Marlowe Crowne e a escala L do EPQ ($r = -.724$; $N = 28$; $p < .001$, correlação negativa) e entre a Marlowe Crowne e o factor GIS da DESCA ($r = -.666$; $N = 18$; $p < .001$, correlação negativa).

No que se refere aos valores da correlação entre a escala L do EPQ-R e o fator GIS, embora mantenham o mesmo sentido, o coeficiente alcançado ($r=.528$) pela amostra forense é superior ao da amostra de controlo ($r=.406$, correlação moderada) (Cohen, 1988).

V - Discussão

No que se refere à consistência interna das escalas de desejabilidade social (DESCA, MCSDS, escala L do EPQ-R) verificou-se que as três escalas apresentam uma razoável consistência interna na amostra forense, o que traduz que têm qualidade suficiente para a sua aplicação em contexto de avaliação forense.

Na análise da relação de cada item com a escala total da MCSDS (tabela F2), a maioria dos itens apresenta uma correlação com a escala total, embora 10 itens apresentem uma correlação abaixo de .21 (Pallant, 2005; Silvestre, 2011), o que nos leva a concluir que grande parte dos itens da escala funcionam adequadamente para a avaliação deste constructo “desejabilidade social”. Na DESCA, a maioria dos itens regista uma correlação com o total da subescala superior ao limiar psicométrico considerado aceitável ($r=.300$) (Pallant, 2005; Silvestre, 2011), à excepção de 9 itens, o que nos leva a concluir que grande parte dos itens da escala funcionam adequadamente para a avaliação deste constructo “desejabilidade social” (ver Tabela D2). Na análise das correlações entre cada item e o total da escala L do EPQ-R (Tabela), a maioria dos itens regista uma boa correlação com o total da escala, embora 4 itens apresentem uma correlação abaixo de .20 (Pallant, 2005; Silvestre, 2011), o que nos leva a concluir que grande parte dos itens da escala funcionam adequadamente para a avaliação deste constructo “desejabilidade social” (ver Tabela E2).

No que concerne às diferenças encontradas entre as duas amostras nas respostas às três escalas que avaliam a desejabilidade social, foram encontradas diferenças significativas na MCSDS, entre a amostra forense e o grupo de controlo, com os participantes da amostra forense a registarem um valor de desejabilidade social mais baixo que os da amostra de controlo,

Comparação da desejabilidade social entre uma amostra de pais em avaliação das competências parentais e uma amostra de controlo

Daniela Marisa Moreira de Oliveira Guedes (email:nelinha09@hotmail.com) 2015

mostrando uma menor tendência para responder de acordo com o que é socialmente aceite ou tido como mais correto. Os resultados não vão ao encontro do esperado, uma vez que os progenitores envolvidos em situação de disputa de custódia parental tendem a revelar resultados superiores aos da população geral (Almiro, 2013; Cima *et al.*, 2003;)⁷. O estudo de Almiro (2013) regista diferenças estatísticas altamente significativas entre as médias das pontuações obtidas para a escala L ([t(167,412)=6,487; p=.000]) e da MCSDS [t(167,584)=5,444; p=.000]), com a amostra forense a revelar um nível de desejabilidade social mais elevado do que a amostra normativa, todavia a amostra forense engloba outros processos para além da custódia. No presente estudo, a amostra dos pais em avaliação forense não regista maior tendência para sere menos honesta ou dar uma imagem positivamente exagerada de si própria tal como é medido por estes 3 instrumentos. A ausência de diferenças pode dever-se a uma falta de necessidade real de responder no sentido da desejabilidade social mas pode resultar também da dimensão das 2 amostras que é muito pequena e mais facilmente os resultados podem ser influenciados pela resposta de cada um dos participantes.

Como se verificou, as pontuações médias da escala L do EPQ-R e da DESCAs revelaram-se superiores na amostra forense, contudo, a MCSDS tem média mais elevada na amostra de controlo. No entanto, na MCSDS, na amostra de controlo verifica-se uma grande amplitude (DP=7.50) dos resultados o que quer dizer que há grande variabilidade dos resultados na amostra de controlo. Assim, pode-se colocar como possível explicação da ausência de diferenças entre as duas amostras na MCSDS, esta variabilidade individual, devendo repetir-se o estudo com amostras de maior dimensão.

Verificaram-se correlações positivas e significativas entre os factores BAS e DR da DESCAs e entre a escala L do EPQ-R e o factor GIS da DESCAs. Como tal, pode-se ponderar que o conteúdo de ambas as subescalas (escala L do EPQ-R e o factor GIS) estarem a avaliar o mesmo tipo de

7

desejabilidade social i.e., uma motivação para revelar uma imagem socialmente desejável perante uma dada audiência. Tal comportamento terá por base o facto da avaliação destes indivíduos, no contexto forense, decorrer em situação de prova pericial, no âmbito dos processos em análise (Regulação das Responsabilidades Parentais), e terá ativado neles uma postura de querer “mostrar o melhor de si” ao(à) psicólogo(a) perito(a). Neste estudo, a escala que parece distinguir pela maior desejabilidade na amostra forense é a escala L do EPQ-R, que tem uma correlação elevada com a subescala GIS da DESCAs, e que Paulhus (1984) considera orientar-se primariamente para a componente *impression management*, o que vai ao encontro dos estudos de Tobin, Seals e Vincent (2011) que referem que os progenitores/cuidadores apresentam uma tendência para fornecerem auto descrições exageradamente positivas, sendo a manipulação da impressão (*impression-management*), a faceta que parece ser mais sensível ao tipo de pressão exercida em contexto de atribuição da custódia parental.

Entre os factores BAS e DR da DESCAs, podemos equacionar que ambas as subescalas medem o “engano” inconsciente (Paulhus, 1984) dos respondentes, que tendem a passar uma imagem favorável de si mas numa atitude defensiva e de proteção, garante da manutenção de uma relação.

Cabe ainda realçar que se encontra uma correlação fraca e não significativa a nível estatístico entre os factores “*busca de aprovação social*” e “*dependência relacional*” da DESCAs e a MCSDS. Os resultados obtidos podem resultar das diferentes operacionalizações do conceito de desejabilidade social, que se prende com o facto de os itens não seguirem o mesmo propósito (Paulhus, 1986; Reeder e Ryan, 2012). Por exemplo, Crowne e Marlowe (1960) tinham como objetivo evitar ambiguidades subjacentes à psicopatologia, pelo que os itens versam sobre comportamentos sancionados culturalmente e outros aprovados, mas cuja probabilidade de ocorrência é reduzida. Já a DESCAs parece direccionar-se para distintos tipos de desejabilidade social: o factor “*Busca de aprovação social*” (BAS), incorpora itens que apontam para uma necessidade de aprovação social, remetendo para afirmações que descrevem os indivíduos como pessoas que agem conforme o que julgam que a sociedade/cultura considera mais correto e adequado, e o factor “*dependência relacional*” (DR), cujo conteúdo endereça para questões de ordem relacional, com o

respondente a admitir que age de forma socialmente desejável para assegurar as relações com os outros e em busca de segurança (Oliveira, 2013). Para além disso, segundo Stöber (2001), a MCSDS reflete padrões sociais adequados aos anos 1950s, pelo que atualmente se assistirá a uma desatualização dos conteúdos mensurados. Também Oliveira (2004) cita diversos estudos para referir a desconformidade face à dimensionalidade e funcionamento estatístico da MCSDS na análise de construto, o que pode explicar a fraca correlação encontrada no presente estudo.

Assim, a desejabilidade parece constituir um construto multidimensional com cada escala, eventualmente, medir aspetos distintos. Das dimensões da desejabilidade, algumas não remetem diretamente para a mentira ao outro na resposta mas, por exemplo, na DESCAs surge a dependência relacional, em que o indivíduo poderá optar por uma estratégia de “engano” dos outros para ajudar a convencer-se a si mesmo que possui certa característica, já que está a tentar sinceramente acreditar em tal (Haight, 1980, como citado em Baumeister & Cairns, 1992).

Na comparação entre as duas amostras para cada item das escalas é de referir que quanto aos itens que se distinguem, nem todos são superiores na amostra forense; na MCSDS há alguns itens com cotação superior na amostra de controlo, como é o caso do item 29 "Eu quase nunca senti a necessidade de repreender alguém" e o item 31 "Nunca senti que tenha sido castigado(a) sem razão".

Considerando o nível de escolaridade, os resultados obtidos indicam que há diferenças estatisticamente significativas entre a amostra de controlo e a forense, o que é de alguma forma explicado por Heerwig e McCabe (2009), Johnson e Fendrich (2002), Ones, Viswesvaran, e Reiss (1996) e Ribas, Moura, e Hutz (2004), em que os participantes da amostra forense, com níveis de escolaridade mais elevados, registaram valores de desejabilidade social mais baixos. Relativamente à variável Profissão e à variável Idade, não há uma diferença estatisticamente significativa entre a amostra de controlo e a forense, o que difere dos resultados obtidos por Ray (1988), Soubelet & Salthouse, (2011) e Stöber (2001), que encontraram níveis mais elevados de desejabilidade social com o aumento da idade.

Conclusão

A distorção de resposta no sentido positivo, isto é, a tendência para o indivíduo se apresentar de uma forma mais favorável – *desejabilidade social* – é um comportamento muito propício a ocorrer nas respostas aos instrumentos de autorrelato, aquando da avaliação psicológica, especificamente quando há ganhos na transmissão de uma imagem socialmente positiva. Como tal, torna-se importante que uma das tarefas do avaliador se prenda com o esforço de determinar a distorção das respostas e ter em conta esta ocorrência quando interpreta os resultados da avaliação. Nestes casos, uma medida de desejabilidade social poderá ser administrada, sobretudo em contextos em que se identifique uma motivação no sentido de distorcer o autorrelato para o exagero de uma boa imagem, como se constata nos contextos de avaliação de progenitores, providenciando dessa forma, uma maior garantia da validade dos resultados obtidos no contexto da avaliação psicológica efetuada. O estudo da desejabilidade social torna-se assim pertinente pelas implicações que os resultados da avaliação psicológica em contexto forense podem ter na tomada de decisão por parte dos decisores judiciais (Ministério Público e Juízes).

Neste estudo procedeu-se à análise das qualidades psicométricas da Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne - MCSDS, da escala L do EPQ-R e da Escala de Desejabilidade Social de Coimbra – DESCA numa amostra de progenitores/cuidadores envolvidos em processos de avaliação das competências parentais solicitados pelos tribunais por Processos de Regulação das Responsabilidades Parentais e Processos de Promoção e Proteção de Crianças.

Da análise dos resultados deste trabalho destaca-se que as três escalas de desejabilidade social (DESCA, MCSDS, escala L do EPQ-R) apresentam qualidades psicométricas razoáveis, ao nível dos estudos de precisão (consistência interna), revelando que são instrumentos adequados para avaliação de progenitores envolvidos em contexto jurídico de situação de disputa de custódia e determinação da capacidade/ competência parental.

No que concerne às correlações entre as escalas encontradas no presente estudo, registaram coeficientes que levam a ponderar que cada uma delas avalie dimensões distintas dentro do grande construto que parece ser a desejabilidade social. Por exemplo, a escala L aproxima-se da subescala GIS

Comparação da desejabilidade social entre uma amostra de pais em avaliação das competências parentais e uma amostra de controlo

Daniela Marisa Moreira de Oliveira Guedes (email:nelinha09@hotmail.com) 2015

da DESCAs, portanto estarão a medir a mesma coisa e que será a dimensão mais relacionada com a gestão intencional de uma imagem socialmente positiva a passar para o profissional; enquanto a MSCDS provavelmente mede outros aspetos da desejabilidade social porque as correlações são mais baixas.

Foram encontradas apenas diferenças significativas entre a amostra forense e de controlo na MCSDS, com os participantes da amostra forense a registarem um valor de desejabilidade social mais baixo que os da amostra de controlo, mostrando uma menor tendência para responder de acordo com o que é socialmente aceite ou tido como mais correcto. No entanto, tal pode dever-se à dimensão das amostras e deve ser abordado com cautela.

Este estudo comporta algumas limitações fulcrais relacionadas com a amostra, nomeadamente o reduzido número de participantes e, particularmente, quanto aos que responderam à escala DESCAs na amostra forense (n=18), facto que impediu a realização de uma análise fatorial e a obtenção de resultados mais sólidos que pudessem ser analisados mais em profundidade.

Dada a importância de se compreender qual o efeito da desejabilidade na avaliação forense, mais precisamente das Responsabilidades Parentais, mais estudos deverão ser desenvolvidos sobre esta temática, especificamente com progenitores em litígio judicial. É importante ressaltar que tendo em conta o carácter exploratório deste trabalho, a reduzida amostra no estudo e a recolha dos processos apenas incluir perícias realizadas no Serviço de Psicologia da Universidade de Coimbra, não foi possível tirar conclusões definitivas, nem tão pouco generalizar os resultados obtidos.

Mais estudos serão necessários no sentido de refinar a análise dos resultados encontrados, nomeadamente ao nível dos itens, dado que alguns conseguem registar diferenças estatisticamente significativas e como tal, poderia ser útil, futuramente averiguar o comportamento destes numa escala que os integrasse. A consituição e análise dessa escala não era possível no presente estudo porque duas escalas (MCSDS e L do EPQ-r) são dicotómicas e a DESCAs é ordinal (com 4 valores) o que exige uma transformação da cotação para serem todos respondidos numa escala dicotómica ou todos respondidos numa escala ordinal.

Como sugestão para futuros estudos nesta linha de investigação é a

inclusão de outros contextos, além do clínico/forense, como por exemplo, o de seleção, onde os participantes possam ter uma motivação acrescida para exagerarem nas suas qualidades e virtudes e aumentar a probabilidade de ocorrência de *desejabilidade social*.

Bibliografia

- Ackerman, M. J. (2010). *Essentials of forensic psychological assessment* (2.^a ed.). Hoboken, N.J.: Wiley.
- Ackerman, M. J., & Pritlz, T. B. (2011). Child custody evaluation practices: A 20-year follow-up. *Family Court Review*, 49(3), 618–628.
- Almiro, P. A. (2013). *Adaptação, Validação e aferição do EPQ-R para a População Portuguesa*. Dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Portugal.
- Almiro, P.A., Simões, M. R., & Sousa, L. (2012, em preparação). *Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (versão 33 itens): Estudos de adaptação e validação para a população portuguesa*.
- Almiro, P. A., & Simões, M. R. (2008). Estudo exploratório com a versão experimental portuguesa do Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista (EPQ-R). *Actas da XIII Conferência Internacional “Avaliação Psicológica: Formas e Contextos”*.
- Almeida, L.S., & Freire, T. (2003). *Metodologia da investigação em psicologia e educação* (3^a ed.). Braga: Psiquilibrios.
- American Educational Research Association, American Psychological Association, & National Council on Measurement in Education (2002). *Standards for educational and psychological testing*. Washington : American Educational Research Association.
- American Psychological Association (2013). Guidelines for psychological evaluations in Child Protection Matters. *American Psychologist*, 68 (1), 20-31.
- Andrews, P., & Meyer, R. G. (2003). Marlowe-Crowne Social Desirability Scale and Short Form C: Forensic Norms. *Journal of Clinical Psychology*, 59(4), 483-492. Doi: 10.1002/jclp.10136
- Archer, E. M., Hagan, L. D., Mason, J. Handel, R., & Archer, R. P. (2012). MMPI-2-RF Characteristics of Custody Evaluation Litigants. Comparação da desejabilidade social entre uma amostra de pais em avaliação das competências parentais e uma amostra de controlo Daniela Marisa Moreira de Oliveira Guedes (email:nelinha09@hotmail.com) 2015

- Assessment*, 19(1), 14-20. doi 10.1177/1073191110397469
- Austin, W. G. (2000). Assessing credibility in allegations of marital violence in the high-conflict child custody case. *Family and Conciliation Courts Review*, 38(4), 462-477. doi: 10.1111/j.174-1617.2000.tb00585.x
- Barger, S. D. (2002). The Marlowe-Crowne Affair: Short forms, Psychometric structure, and social desirability. *Journal of Personality Assessment*, 79(2), 286-305.
- Barros, R., Moreira, P., & Oliveira, B. (2005). Influência da desejabilidade social na estimativa da ingestão alimentar obtida através de um questionário de frequência de consumo alimentar. *Acta Médica Portuguesa*, 18(1), 241-248.
- Bathurst, K., Gottfried, A. W., & Gottfried, A. E. (1997). Normative data for the MMPI-2 in child custody litigation. *Psychological Assessment*, 9, 205-211.
- Bow, J. N., & Quinnell, F. A. (2001). Psychologists' current practices and procedures in child custody evaluations: Five years after American Psychological Association guidelines. *Professional Psychology: Research and Practice*, 32(3), 261-268. doi: 10.1037/0735-7028.32.3.261
- Bush, S. S., Troster, A. I., Barth, J. T., Koffler, S. P., Pliskin, N. H., & Silver, C. H. (2005). Symptom validity assessment: Practice issues and medical necessity. *Archives of Clinical Neuropsychology*, 20(4), 419-426.
- Carr, G. D., Moretti, M. M., & Cue, B. J. H. (2005). Evaluating parenting capacity: Validity problems with the MMPI-2, PAI, CAPI, and ratings of child adjustment. *Professional Psychology: Research and Practice*, 36, 188-196.
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Conroy, M. A., & Kwartner, P. P. (2006). Malingering. *Applied Psychology in Criminal Justice*, 2, 29-51
- Coppola, N., Bewley, L., Harrison, J. P., & Shapiro, M. (2007). Medical malingering and disability: Historic, economic and modern

- perspectives with management considerations. In J. Kitaeff, *Malingering, lies and junk science in the courtroom* (pp. 35-79). New York: Cambria Press
- Crandall, V. C., Crandall, V. J., & Katrovsky, W. (1965). A children's social desirability questionnaire. *Journal of Consulting Psychology, 29*(1), 27-36.
- Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology, 24*(4), 349-354.
- DeVellis, R.F. (1991). *Scale development: Theory and applications*. London: SAGE Publications.
- Dilchert, S, Ones, D. S., Viswesvaran, C., & Deller, J. (2006). Response distortion in personality measurement: born to deceive, yet capable of providing valid self-assessments. *Psychology Science, 48*(3), 209-225.
- Drob, S. L., Meehan, K. B., & Waxman, S. E. (2009). Clinical and conceptual problems in the attribution of malingering in forensic evaluations. *The Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law, 37*, 98-106.
- Ellingson, J. E. (2012). People fake only when they need to fake. In M. Ziegler, C. MacCann, & R. D. Roberts (Eds.), *New perspectives on faking in personality assessment* (pp. 19-33). New York: Oxford University Press.
- Eysenck, S.B., Eysenck, H.J. & Barrett, P.T. (1985). A revised version of the Psychoticism scale. *Personality and Individual Differences, 6*(1), 21-29.
- Franke, G. H. (2002). Faking bad in personality inventories: Consequences for the clinical context. *Psychologische Beiträge, 44*(1), 50-61.
- Furnham, A. (1986). Response bias, social desirability and dissimulation. *Personality and Individual Differences, 7*(3), 385-400.
- Gooden, W. E., & Struble, K. D. (1990). Perceived parental behavior and the social desirability response set. *Journal of Youth and Adolescence, 19*(6), 605-613.
- Gould, J., Martindale, D. A., & Flens, J. R. (2009). Use of psychological tests in child custody evaluations. In R. M. Galatzer-Levy, & L.

- Kraus (Eds.), *The scientific basis of child custody decisions* (2^a ed, pp. 85-124). New York, Wiley.
- Gouveia, V. V., Guerra, V. M., Sousa, D. M. F. de, Santos, W. S., & Costa, J. de M. (2009). Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne: Evidências de sua validade fatorial e consistência interna. *Avaliação Psicológica*, 8(1), 87-98.
- Gudjonsson, G. H. (2003). *The psychology of interrogations and confessions: A handbook*. Chichester: Wiley.
- Gudjonsson, G. H., & Young, S. (2010). Personality and deception. Are suggestibility, compliance and acquiescence related to socially desirable responding?. *Personality and Individual Differences*, 50, 192-195. doi: 10.1016/j.paid.2010.09.024
- Gur, R. C., & Sackeim, H. A. (1979). Self-deception: A concept in search of a phenomenon. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37, 147-169
- Heerwig, J. A., & McCabe, B. J. (2009). Education and social desirability bias: The case of a black presidential candidate. *Social Science Quarterly*, 90(3), 674-686.
- Holden, R. R., & Book, A. S. (2012). Faking does distort self-report personality assessment. In M. Ziegler, C. MacCann, & R. D. Roberts (Eds.), *New perspectives on faking in personality assessment* (pp. 71-84). New York: Oxford University Press.
- Holden, R. R., & Passey, J. (2009). Social desirability. In M. R. Leary, & R. H. Hoyle. (Eds.), *Handbook of individual differences in social behavior* (pp. 441-454). New York; London: Guilford Press.
- Jackson, D. N., & Messick, S. (1958). Content and style in personality assessment. *Psychological Bulletin*, 55, 243-252.
- Jackson, R. L., Rogers, R., & Sewell, K. W. (2005). Forensic applications of the Miller Forensic Assessment of Symptoms Test (M-FAST): screening for feigned disorders in competency to stand trial evaluations. *Law and Human Behavior*, 29, 199-210.
- Jiménez, F., Sánchez, G., & Tobón, C. (2009). A social desirability scale for the MMPI-2. Which of the two: Wiggins (WSD) or Edwards (ESD)?. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 1(2), 147-163.

- Johnson, T. P., & Fendrich, M. (2002, May). *A validation of the Crowne-Marlowe Social Desirability Scale*. Annual meeting of the American Association for Public Opinion Research, St. Petersburg, FL.
- Kurtz, J. E., Tarquini, S. J., & Iobst, E. A. (2008). Socially desirable responding in personality assessment: Still more substance than style. *Personality and Individual Differences, 45*, 22–27.
- Sottomayor, M. C. (2011). *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais nos casos de divórcio*. Coimbra: Almedina.
- Leite, W., & Beretvas, S. N. (2005). Validation of scores on the Marlowe-Crowne Social Desirability Scale and the Balanced Inventory of Desirable Responding. *Educational and Psychological Measurement, 65*, 140-154.
- Loo, R., & Thorpe, K. (2000). Confirmatory Factor Analyses of the Full and Short Versions of the Marlowe-Crowne Social Desirability Scale. *The Journal of Social Psychology, 140*(5), 628-635.
- MacCann, C., Ziegler, M., & Roberts, R. R. (2012). Faking in personality assessment: Reflections and recommendations. In M. Ziegler, C. MacCann, & R. D. Roberts (Eds.), *New perspectives on faking in personality assessment* (pp. 309-344). New York: Oxford University
- Mersman, J. L., & Shultz, K. S. (1998). Individual differences in the ability to fake on personality measures. *Personality and Individual Differences, 24*(2), 217-227.
- Messick, S. (1991). Psychology and methodology of response styles. In R. E. Snow, & D. E. Wiley (Eds.), *Improving inquiry in social science* (pp. 161-200). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Oliveira, J. F. (2013). *Estudos de validação da Escala de Desejabilidade social - DESCA*. Dissertação de Mestrado não publicada, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Coimbra, Portugal.
- Oliveira, J. H. B. (2004). Desejabilidade social: Um constructo de difícil avaliação. *Psychologica, 35*, 233-247.
- Ones, D.S., Viswesvaran, C. & Reiss, A.D. (1996). Role of social desirability in personality testing for personnel selection: The red herring. *Journal of Applied Psychology, 81*(6), 660–679.
- Ortet, G., Ibáñez, M.I., Moro, M., Silva, F. & Boyle, G.J. (1999). Psychometric appraisal of Eysenck's revised Psychoticism scale: A

- cross-cultural study. *Personality and Individual Differences*, 27, 1209-1219.
- Paulhus, D. L., & John, O. P. (1998). Egoistic and moralistic biases in self-perception: The interplay of self-deceptive styles with basic traits and motives. *Journal Of Personality*, 66, 1025–1060.
- Paulhus, D. L. (1991). Measurement and control of response bias. In J. P. Robinson, P. R. Shaver, & L. S. Wrightsman (Eds.), *Measures of personality and social psychological attitude* (pp. 17-59). San Diego: Academic Press.
- Paulhus, D. L., & Reid, D. B. (1991). Enhancement and denial in socially desirable responding. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60(2), 307-317.
- Paulhus, D. L. (1984). Two-component models of socially desirable responding. *Journal of Personality and Social Psychology*, 46(3), 598-609.
- Paulhus, D. L. (2002). Socially desirable responding: The evolution of a construct. In H. I. Braun, D. N. Jackson, & D. E. Wiley (Eds.), *The role of constructs in psychological and educational measurement* (pp. 49-69). Mahwah NJ: Erlbaum.
- Paunonen, S. V., & LeBel, E. P. (2012). Socially desirable responding and its elusive effects on the validity of personality assessments. *Journal of Personality and Social Psychology*, 103(1), 158-175.
- Póinhos, R., Correia, F., Faneca, M., Ferreira, J., Gonçalves, C., Pinhão, S. & Medina, J. L. (2008). Desejabilidade social e barreiras ao cumprimento da terapêutica dietética em mulheres com excesso de peso. *Acta Médica Portuguesa*, 21(3), 221-228.
- Pope, K. S., Butcher, J. N., & Seelen, J. (2006). *The MMPI, MMPI-2, and MMPI-A in court: a practical guide for expert witnesses and attorneys* (3.^a ed.). Washington, DC: American Psychological Association.
- Ray, J. J. (1988). Lie scales and the elderly. *Personality and Individual Differences*, 9, 417-418.
- Ribas Jr., R. C., Moura, M. L. S., & Hutz, C. S. (2004). Adaptação brasileira da Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne. *Avaliação Psicológica*, 3, 83-92.

- Robinette, R. L. (1991). The relationship between The Marlowe-Crowne Form C and the validity scales of MMPI. *Journal of Clinical Psychology, 47*(3), 396-399.
- Rogers, R. (2008). An introduction to response styles. In R. Rogers (3rd ed.), *Clinical assessemnt of malingering and deception* (pp. 3–13). New York, NY: The Guilford Press.
- Saar, K., AAvik, T., & Konstabrl, K. (2012). Using principal component scores reduces the effect of socially desirable responding. *Personality and Individual Differences, 53*, 279-283.
- Salgado, J. (1996). Desejabilidade social e construtivismo: Dos retratos às máscaras. In L. S. Almeida, S. Araújo, M. M. Gonçalves, C. Machado, & M. R. Simões (Orgs.), *Avaliação Psicológica: Formas e contextos* (Vol. IV, pp. 93-99). Braga: APPORT.
- San Martini, P., Mazzotti, E. & Setaro, S. (1996). Factor structure and psychometric features of Italian version for the EPQ-R. *Personality and Individual Differences, 21*(6), 877-882.
- Scagliusi, F. B., Cordás, T. A., Polacow, V. O., Coelho, D., Alvarenga, M., Philippi, S. T., & Lancha Jr, A. H. (2004). Tradução da escala de desejo de aceitação social de Marlowe e Crowne para a língua portuguesa. *Revista de Psiquiatria Clínica, 31*(6), 272-278.
- Seol, H. (2007). A psychometric investigation of the Marlowe-Crowne social desirability scale using Rasch. *Measurement and evaluation in counseling and development, 40*(4), 155-168.
- Simões, M. C., Martins, R. C., & Formosinho, M. D. (2006). Regulação do Exercício do Poder Paternal: aspectos jurídicos e avaliação psicológica. In A. C. Fonseca, M. R. Simões, M. C. Simões, & M. S. Pinho (Eds). *Psicologia Forense*. (pp. 497-518). Coimbra: Almedina.
- Sottomayor, M.C. (2011). *Regulação do exercício das responsabilidades parentais nos casos de divórcio* (5ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Soubelet, A., & Salthouse, T. A. (2011). Influence of social desirability on age differences in self-reports of mood and personality. *Journal of Personality, 79*(4), 741-762. doi: 10.1111/j.1467-6994.2011.00700.x
- Stöber, J. (2001). The Social Desirability Scale-17 (SDS-17): Convergent validity, discriminant validity, and relationship with age. *European Journal of Psychological Assessment, 17*(3), 222-232.

- Tobin, N. L., Seals, R. W., & Vincent, J. P. (2011). Response Patterns on the parent-child relationship inventory in a simulated child custody evaluation. *Journal of Child Custody*, 8, 284-300. Doi: 10.1080/15379418.2011.620929
- Ziegler, M., & Buehner, M. (2009). Modeling Socially Desirable responding and its effects. *Educational and Psychological Measurement*, 69(4), 548-565.
- Zook, A., & Sipps, G. J. (1985). Cross-validation of a short form of the Marlowe-Crowne Social Desirability Scale. *Journal of Clinical Psychology*, 41, 236-238.

Anexos



INFORMAÇÃO AOS PARTICIPANTES

Nome da investigação: Identificação dos padrões de relacionamento interpessoal numa amostra da população portuguesa

Esta investigação tem como **objectivo:** identificar a forma como as pessoas percebem as interações que estabelecem com os outros

A colaboração de todos os participantes é **VOLUNTÁRIA**, e será absolutamente garantido o **ANONIMATO** e a **CONFIDENCIALIDADE** dos resultados. Para tal, os resultados serão inseridos em bases de dados através de um código, para tratamento estatístico dos dados globais.

O seu contributo é extremamente importante, uma vez que permitirá validar estes inquéritos, bem como obter um conhecimento mais objectivo da nossa realidade sobre as temáticas abordadas neste projecto.

Nos instrumentos a que vai responder **NÃO HÁ RESPOSTAS CERTAS OU ERRADAS**, mas apenas lhe é pedido que responda de acordo com o que considera que melhor corresponde à sua própria opinião. Por favor, leia com atenção e não deixe nenhum item por responder. É importante que o preenchimento destes instrumentos respeite a ordem por que são apresentados.

A equipa deste projecto está imensamente grata pela sua disponibilidade e colaboração.

Para mais esclarecimentos poderá contactar

Nome:

E-mail:

Nome: Isabel Alberto (Prof. Auxiliar FPCE-UC)

e-mail: isamaria@fpce.uc.pt

CONSENTIMENTO

Eu,

declaro ter sido informado da natureza e dos procedimentos da presente investigação, bem como das garantias de anonimato e confidencialidade.

Assim, aceito responder ao protocolo que me foi apresentado.

Coimbra, ____ de _____, de 200__

(Assinatura)

Anexo D - Características psicométricas da DESCA

Tabela 1. Consistência interna e estatísticas descritivas dos itens da DESCA na amostra normativa

Itens	M _a	σ ² _a	rb	α _a	M	DP
1	49,55	37,256	,086	,731	3,03	,684
2	50,09	33,835	,324	,713	2,48	,972
3	50,21	33,047	,446	,700	2,36	,895
4	50,52	33,195	,544	,694	2,06	,747
5	49,94	36,996	,059	,738	2,64	,895
6	50,18	35,716	,206	,723	2,39	,827
7	50,45	32,318	,584	,688	2,12	,820
8	50,91	33,398	,570	,694	1,67	,692
9	50,09	33,023	,648	,689	2,48	,667
10	49,79	33,172	,554	,694	2,79	,740
11	50,91	34,773	,360	,710	1,67	,736
12	49,91	35,835	,283	,717	2,67	,645
13	49,21	38,047	,013	,733	3,36	,549
14	49,82	32,341	,648	,685	2,76	,751
15	50,76	35,252	,336	,712	1,82	,683
16	49,55	44,381	-,703	,782	3,03	,684
17	50,21	33,735	,450	,702	2,36	,783
18	49,18	40,591	-,308	,756	3,39	,659
19	49,61	40,059	-,241	,753	2,97	,684
20	50,42	31,502	,667	,680	2,15	,834
21	50,21	33,735	,519	,698	2,36	,699

Nota. a = se item eliminado; b = correlação item/ total

Tabela 2. Consistência interna e estatísticas descritivas dos itens da DESCA na amostra forense

Itens	M _a	σ ² _a	rb	α _a	M	DP
1	49,55	37,256	,086	,731	3,03	,684
2	50,09	33,835	,324	,713	2,48	,972
3	50,21	33,047	,446	,700	2,36	,895
4	50,52	33,195	,544	,694	2,06	,747
5	49,94	36,996	,059	,738	2,64	,895
6	50,18	35,716	,206	,723	2,39	,827
7	50,45	32,318	,584	,688	2,12	,820
8	50,91	33,398	,570	,694	1,67	,692

Comparação da deseabilidade social entre uma amostra de pais em avaliação das competências parentais e uma amostra de controle
Daniela Marisa Moreira de Oliveira Guedes (email:nelinha09@hotmail.com) 2015

9	50,09	33,023	,648	,689	2,48	,667
10	49,79	33,172	,554	,694	2,79	,740
11	50,91	34,773	,360	,710	1,67	,736
12	49,91	35,835	,283	,717	2,67	,645
13	49,21	38,047	,013	,733	3,36	,549
14	49,82	32,341	,648	,685	2,76	,751
15	50,76	35,252	,336	,712	1,82	,683
16	49,55	44,381	-,703	,782	3,03	,684
17	50,21	33,735	,450	,702	2,36	,783
18	49,18	40,591	-,308	,756	3,39	,659
19	49,61	40,059	-,241	,753	2,97	,684
20	50,42	31,502	,667	,680	2,15	,834
21	50,21	33,735	,519	,698	2,36	,699

Anexo E - Características psicométricas da escala L do EPQ-R

Tabela 1. Consistência interna e estatísticas descritivas dos itens do EPQ-R na amostra Normativa

Itens	M _a	σ^2_a	rb	α_a	M	DP
7	9,76	12,439	,376	,765	,67	,479
12	9,91	12,335	,378	,765	,52	,508
14	9,58	13,002	,307	,770	,85	,364
17	9,55	13,693	,056	,783	,88	,331
21	9,88	11,672	,582	,748	,55	,506
25	9,73	12,892	,248	,774	,70	,467
28	9,61	12,559	,442	,761	,82	,392
31	9,76	12,252	,435	,760	,67	,479
34	10,15	12,133	,509	,755	,27	,452
42	9,91	12,398	,359	,766	,52	,508
44	9,79	12,922	,222	,777	,64	,489
53	10,21	12,422	,460	,759	,21	,415
55	9,91	13,210	,128	,784	,52	,508
57	10,18	12,528	,397	,763	,24	,435
59	10,09	11,648	,631	,744	,33	,479
66	9,79	12,610	,314	,770	,64	,489
68	9,91	12,898	,215	,778	,52	,508
76	9,52	13,133	,341	,769	,91	,292

Tabela 2. Consistência interna e estatísticas descritivas dos itens do EPQ-R na amostra forense

Itens	M_n	σ_n^2	r	α_n	M	DP
7	11,52	10,116	,491	,761	,90	,310
12	11,93	9,424	,480	,758	,48	,509
14	11,52	10,116	,491	,761	,90	,310
17	11,45	10,613	,440	,769	,97	,186
21	11,79	9,599	,437	,761	,62	,494
25	11,45	10,899	,201	,777	,97	,186
28	11,45	11,328	-,146	,788	,97	,186
31	11,69	9,436	,550	,752	,72	,455
34	12,03	9,392	,510	,755	,38	,494
42	11,86	9,837	,342	,770	,55	,506
44	11,59	10,394	,257	,775	,83	,384
53	12,03	10,034	,288	,775	,38	,494
55	11,59	9,966	,439	,762	,83	,384
57	12,24	10,333	,283	,773	,17	,384
59	11,90	9,310	,519	,754	,52	,509
66	11,86	10,123	,249	,778	,55	,506
68	11,66	10,091	,325	,770	,76	,435
76	11,48	10,830	,167	,778	,93	,258

Anexo F - Características psicométricas da escala MCSDS

Tabela 1. Consistência interna e estatísticas descritivas dos itens da MCSDS na amostra normativa

Itens	M_n	σ_n^2	Rb	α_n	M	DP
1	45,27	54,517	,318	,878	1,12	,331
2	45,33	54,917	,336	,878	1,06	,242
3	44,73	52,392	,514	,874	1,67	,479
4	45,06	50,996	,725	,870	1,33	,479
5	44,64	53,426	,404	,876	1,76	,435
6	44,48	54,758	,310	,878	1,91	,292
7	45,18	52,966	,504	,875	1,21	,415
8	45,27	53,892	,448	,876	1,12	,331
9	44,79	51,172	,671	,871	1,61	,496
10	44,67	52,604	,514	,874	1,73	,452
11	44,64	52,989	,474	,875	1,76	,435

Comparação da deseabilidade social entre uma amostra de pais em avaliação das competências parentais e uma amostra de controlo
 Daniela Marisa Moreira de Oliveira Guedes (email:nelinha09@hotmail.com) 2015

12	44,73	51,455	,655	,871	1,67	,479
13	45,30	54,093	,467	,876	1,09	,292
14	44,76	51,189	,680	,871	1,64	,489
15	44,76	50,939	,718	,870	1,64	,489
16	45,24	53,564	,467	,876	1,15	,364
17	45,30	54,780	,305	,878	1,09	,292
18	45,18	52,716	,547	,874	1,21	,415
19	44,82	50,278	,794	,868	1,58	,502
20	45,36	55,364	,305	,879	1,03	,174
21	45,18	52,028	,665	,872	1,21	,415
22	44,55	53,693	,442	,876	1,85	,364
23	44,58	53,002	,531	,874	1,82	,392
24	45,36	55,364	,305	,879	1,03	,174
25	45,36	55,364	,305	,879	1,03	,174
26	45,24	53,439	,491	,875	1,15	,364
27	45,21	52,797	,568	,874	1,18	,392
28	44,76	51,002	,708	,870	1,64	,489
29	45,12	51,547	,682	,871	1,27	,452
30	44,85	50,008	,828	,867	1,55	,506
31	45,18	53,091	,483	,875	1,21	,415
32	44,73	52,017	,570	,873	1,67	,479
33	44,97	57,593	-,168	,939	1,42	1,751

Tabela 2. Consistência interna e estatísticas descritivas dos itens da MCSDS na amostra forense

Itens	M_a	σ_a^2	rb	α_a	M	DP
1	39,78	16,757	,424	,742	1,19	,397
2	39,84	17,943	,082	,759	1,13	,336
3	39,78	16,886	,382	,744	1,19	,397
4	39,44	16,641	,336	,746	1,53	,507
5	39,59	16,314	,436	,740	1,38	,492
6	39,31	16,351	,437	,740	1,66	,483
7	39,75	17,161	,273	,750	1,22	,420
8	39,91	17,701	,255	,752	1,06	,246
9	39,81	17,319	,272	,750	1,16	,369
10	39,63	15,984	,537	,733	1,34	,483
11	39,69	16,802	,341	,746	1,28	,457
12	39,91	18,281	-,025	,761	1,06	,246
13	39,97	18,289	,000	,758	1,00	,000

Comparação da deseabilidade social entre uma amostra de pais em avaliação das competências parentais e uma amostra de controlo
 Daniela Marisa Moreira de Oliveira Guedes (email:nelinha09@hotmail.com) 2015

14	39,81	16,738	,469	,741	1,16	,369
15	39,91	17,314	,447	,746	1,06	,246
16	39,88	19,016	-,315	,773	1,09	,296
17	39,84	18,007	,059	,760	1,13	,336
18	39,56	16,512	,377	,744	1,41	,499
19	39,94	18,060	,131	,756	1,03	,177
20	39,91	18,797	-,267	,768	1,06	,246
21	39,59	16,507	,385	,743	1,38	,492
22	39,31	16,544	,385	,743	1,66	,483
23	39,69	16,609	,395	,743	1,28	,457
24	39,94	18,641	-,251	,765	1,03	,177
25	39,91	18,088	,067	,758	1,06	,246
26	39,78	16,370	,549	,735	1,19	,397
27	39,63	17,403	,162	,757	1,34	,483
28	39,91	18,152	,037	,759	1,06	,246
29	39,25	17,032	,278	,750	1,72	,457
30	39,88	17,855	,139	,756	1,09	,296
31	39,34	17,523	,127	,760	1,63	,492
32	39,81	16,931	,402	,744	1,16	,369
33	39,72	17,305	,216	,754	1,25	,440

Anexo G – Análise dos Resultados das Correlações

Tabela 1. Coeficientes de correlação de Spearman entre as escalas (MCSDS, L do EPQ-R, BAS, GIS e DR) na amostra normativa (N=33)

	Marlowe Crowe			
	Total	Desca BAS	Desca GIS	Desca DR
Mentira EPQR	-,322	,360*	,406*	,488**
Marlowe Crowe Total		-,163	-,136	-,153
Desca BAS			,767**	,265
Desca GIS				,318

Nota: BAS = Busca de Aprovação Social; GIS = Gestão de Imagem Social; DR = Dependência Relacional.

* $p < .05$ ** $p < .001$

Tabela 2. Coeficiente de correlação de Pearson entre as escalas (MCSDS, L do EPQ-R, BAS, GIS e DR) na amostra forense

	MarloweCroweTotal	DescaBAS	DescaGIS	DescaDR
MentiraEPQR	-,724**	-,135	,528*	-,084
MarloweCroweTotal		,165	-,666**	,147
DescaBAS			,285	,565*
DescaGIS				,236

* p<0.05

** p<0.01

Anexo H – Resultados dos testes *t* e do teste do *Qui-quadrado* para as variáveis sociodemográficas

Tabela 1. Resultados do Teste *t* para a variável Sexo

Grupo	Idade	M	DP	<i>T</i>	<i>p</i>	95% IC	
						Lower	Upper
Controlo	18-55	40,70	7,007	2,28	,483	,4747	,162
CPSC		36,88	6,585				

Tabela 2. Resultados do Teste do *Qui-Quadrado* para a variável Profissão e Escolaridade

Grupo	Grupo	χ^2	<i>p</i>	95% IC	
				Lower	Upper
Profissão	Controlo	53,60	,302	,077	,091
	CPSC				
Escolaridade	Controlo	17,61	,003	,000	,002
	CPSC				